

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIA DO CARMO ALVES DA CRUZ

AS INVISÍVEIS NECESSÁRIAS: trabalho e educação
das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís- MA

São Luís

2016

MARIA DO CARMO ALVES DA CRUZ

AS INVISÍVEIS NECESSÁRIAS: trabalho e educação
das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Diomar das Graças Motta

São Luís

2016

Cruz, Maria do Carmo Alves da.

As invisíveis necessárias: trabalho e educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís / Maria do Carmo Alves da Cruz. — São Luís, 2016.

112 f.

Orientadora: Diomar das Graças Motta.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

1. Mulheres catadoras – Aspectos educacionais - São Luís. 2. Trabalho. 3. Gênero. 4. Políticas públicas. I. Título.

CDU 37.014.53-055.2(812.1)

MARIA DO CARMO ALVES DA CRUZ

AS INVISÍVEIS NECESSÁRIAS: trabalho e educação das mulheres catadoras
de materiais recicláveis em São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação / Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Diomar das Graças Motta.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Diomar das Graças Motta (Orientadora)
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Maria Mary Ferreira
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Maria José Pires Barros Cardozo
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr.^a Francisca das Chagas Silva Lima
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Sebastiana Alves da Rocha, exemplar único de mulher resistente e lutadora. Mestra da minha vida.

Ao meu pai, Bartolomeu Alves da Cruz, que, infelizmente, não conheceu os conteúdos científicos do currículo escolar, mas é um Doutor na Ciência chamada Vida.

Ao meu esposo, Helson Souza de Lima, meu cúmplice, meu porto seguro, que, com incentivos constantes e um humor admirável, tornou a construção deste estudo mais agradável.

Aos meus irmãos, Socorro, Domingos, Maurício, Josimar, Eliomar, Cinária, Cinelândia, pelo apoio, pelas alegrias, pelo amor de irmãs e irmãos.

A todos os meus quatorze sobrinhos e sobrinhas, além das cunhadas e cunhados, pelas demonstrações de carinho.

Aos Missionários Combonianos do Coração de Jesus, em especial aos Pe. Emílio Ragonio e Luigi Fernando Codianni, por permitirem que eu viva as transformações diárias que a educação permite. Muito obrigada!

À Elisângela Correia Cardoso, pela generosidade, pelo companheirismo e carinho, por me ajudar a entender a necessidade dos direitos humanos; pela sensibilidade de suas contribuições para este sonho se tornar realidade. A sensação dos sentimentos de gratidão, é inenarrável!

À família Pastoral do Menor (não citarei nomes para não incorrer no perigo da invisibilidade), minha infinita gratidão, pelas conversas e partilhas e, sobretudo, por podermos olhar com olhos de quem “ver” para os excluídos e silenciados.

À Profa. Dra. Diomar das Graças Motta, pelo carinho da acolhida no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero - GEMGe, naquele 10/09/2010; pelos ensinamentos constantes, pela mansidão e paciência, durante a orientação.

Às Professoras Doutoras, Maria Mary Ferreira e Maria José Pires Barros Cardozo, pelas valiosas contribuições a este estudo, por ocasião do Exame de Qualificação.

Aos integrantes do GEMGe, pelas discussões, pelos estudos, fundamentais à minha formação.

Às Professoras e aos Professores e demais membros do Programa de Pós-Graduação em Educação, pelas suas contribuições.

Aos amigos e amigas da 15ª turma: Aldenora, Aldimar, Simone, Elinete, Eduardo, Thamires, Érika, Evandicleia, Gisele, Ivandro, Janaína, Magno, Suely, Paulinha, Vicente, Karina, Duce, Mara, Luciana, pelo convívio prazeroso, pelas conversas agradáveis e cheias de filosofia e pela aprendizagem. E, de maneira especial, à Marianne, pelo apoio incondicional, pelas orientações e pela amizade. Muito obrigada!

Aos amigos, Alda Margareth e Josafá, pelos incentivos diários e pela amizade com amor de irmãos.

A todas as Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis, por terem permitido a entrada em suas vidas.

Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora.

Carolina Maria de Jesus (1960)

RESUMO

A pesquisa intitulada “As invisíveis necessárias: trabalho e educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís” refere-se à análise do trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís e suas relações com a educação e gênero, com base em seus relatos. Aborda-se neste estudo quatro temáticas interligadas: mulheres, trabalho, educação e gênero. Dentre vários autores estudados destacam-se : Hirata (1999), Lobo (1987), Motta (2003), Perrot (2005), Priore (2013), Saffioti (2013), Scott (1995), Touraine (2010). O texto dissertativo está disposto em três capítulos: no primeiro, traça-se um breve panorama sobre os diversos conceitos de trabalho, tendo este como categoria central, discutindo-se sobre a mulher nas relações entre trabalho, gênero e economia finalizando-se com o reconhecimento da sua ocupação. No segundo capítulo, apresenta-se o espaço onde a mulher catadora está inserida, fazendo-se um recuo histórico até a Antiguidade. Busca-se, então, situar a pesquisa, iniciando a pela contextualização dos materiais recicláveis, passando pelos entraves da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, finalizando este capítulo com as reivindicações constantes de melhores políticas públicas. No terceiro capítulo, a educação dessas mulheres é o centro da discussão, com as narrativas educacionais, que são trazidas à baila, ensejando a análise dos depoimentos das entrevistadas. Faz-se diálogo com as políticas públicas de inclusão desta categoria de trabalhadoras e suas contradições, bem como suas implementações, na cidade, São Luís, capital do Estado do Maranhão. Os resultados demonstraram que as trajetórias educacionais das mulheres catadoras são marcadas não somente pela pouca escolaridade, mas também por questões familiares, que as impediram de continuar a sua escolarização, o que acarretou principalmente a ida para o universo da catação de materiais recicláveis. Nas questões familiares aparecem a dominação masculina na figura do pai.

Palavras – Chave: Mulheres catadoras. Trabalho. Educação. Gênero.

ABSTRACT

The research entitled "The Invisibles Needed: Work and Education of Women Pickers of Recyclable Materials in São Luís" refers to the analysis of the work of women collectors of recyclable materials in São Luís and their relations with education and gender, based on their Reports. It addresses four interrelated themes: women, work, education and gender. Among the several authors, the following stand out: Hirata (1999), Lobo (1987), Motta (2003), Perrot (2005), Priore (2013), Saffioti (2013), Scott (1995) and Touraine (2010). The dissertation text is arranged in three chapters: in the first one, a brief overview is presented on the different concepts of work, the latter being a central category, discussing the relationship between women, work and gender, and economics. Recognition of their occupation. In the second chapter, the space where the woman collector is inserted is presented, becoming a historical retreat until the Antiquity. The aim is to situate research, starting with the contextualization of recyclable materials, through the barriers of the new National Solid Waste Policy, ending this chapter with the demands of better public policies. In the third chapter, the education of these women is the focus of the discussion, with the educational narratives, which are brought to the fore, giving the analysis of the interviewees' statements. A dialogue is made with the public policies of inclusion of this category of workers and their contradictions, as well as their implementations, in the city, São Luís, capital of the State of Maranhão. The results showed that the educational trajectories of women collectors are marked not only by schooling but also by family issues, which prevented them from continuing their schooling, which led mainly to the universe of recyclable materials. In the familiar questions appear the male domination in the figure of the father.

Keywords: Women pickers. Job. Education. Genre.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ASCAMAR	Associação dos Catadores do Maranhão
ASCAMARCO	Associação de Catadores Cidade Olímpica
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
COMTRAB	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras da Bacia do Bacanga
COOPERVIMA	Cooperativa de Vidros
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPRESL	Cooperativa de Recicláveis de São Luís
COPGEST	Cooperativa de Gestão de Resíduos Sólidos de São Luís
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FBE	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
MNCMR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
MTEM	Ministério do Trabalho e Emprego
NBR	Normas Técnicas Brasileiras
ONGs	Organizações Não Governamentais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REF	Rede Economia e Feminismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETRES	Secretaria Estadual do Trabalho Renda e Economia Solidária
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O ATERRO DO TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS	19
2.1	A rede de conceitos	19
2.2	As relações entre trabalho, gênero e economia na vida das mulheres catadoras de materiais recicláveis	27
2.3	O reconhecimento da ocupação de catadoras e catadores	38
3	A MULHER CATADORA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO ESPAÇO BRASILEIRO	46
3.1	O lixo ontem e os resíduos sólidos hoje	48
3.2	A Política Nacional de resíduos sólidos	54
3.3	A reivindicação de políticas públicas	60
4	A EDUCAÇÃO DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	69
4.1	Os resíduos da educação na vida das mulheres	69
4.2	O contexto educacional das catadoras no Maranhão e em São Luís	72
4.3	Catando as histórias do trabalho e da educação da mulher catadora de materiais recicláveis em São Luís	78
5	CONCLUSÃO	88
	REFERÊNCIAS	91
	ANEXOS	100
	APÊNDICES	108

1 INTRODUÇÃO

A nova história estabeleceu um novo olhar para os fatos, para os documentos históricos e para as questões consideradas insignificantes, no que tange à história tradicional, como: a problematização do social, as massa anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar, conforme a professora Diomar Motta (2003).

Partindo desta premissa, Motta (2003) menciona que a historiografia tem abrigado diversos campos, incluindo alguns relativamente novos, como o da história social, que se tornou um campo historiográfico amplo e aberto a diversas possibilidades e sentidos. Este, embora recente, tem permitido interface com a História das Mulheres, que neste estudo as catadoras de Materiais Recicláveis.

A partir dos estudos históricos sobre as mulheres, no mundo produtivo, podemos inferir que a abertura do mundo produtivo para estas trabalhadoras, não foi algo natural e pacífico, mas fruto da luta pela emancipação feminina e igualdade de gênero, explorada ao longo dos tempos pelo movimento feminista. Este tem sido o ponto central que tem favorecido a circulação de mulheres em ambientes públicos.

Nesse percurso, a educação tem sido elemento chave para que as mulheres possam romper, gradualmente, o modelo de família pautada no patriarcado, presente em todos os setores da vida social, a fim de assegurarem suas presenças nos espaços públicos por meio do trabalho.

Historicamente, os verbos limpar, higienizar e purificar são interligados ao mundo feminino. Assim, a ideia de trabalhar com as mulheres catadoras de materiais recicláveis surgiu da observação das dificuldades em se desenvolver atividades educacionais com filhas e filhos das catadoras, durante a realização do I Encontro Estadual de Catadores de Materiais Recicláveis em São Luís. Também foram incorporadas leituras acerca da mulher, realizadas no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero – GEMGe do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Diante desses fatos, decidimos desenvolver o estudo: “**AS INVISÍVEIS NECESSÁRIAS**: trabalho e educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís”, cujo objetivo principal é analisar o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís e suas relações com a educação e o gênero, com base em seus relatos.

A catadora mais famosa do Brasil, de quem se tem notícia até hoje, é Carolina Maria de Jesus, natural de Sacramento, estado de Minas Gerais, mas moradora da periferia de São Paulo. Reconhecimento que norteou também nosso desafio: encontrar as “Carolinas” maranhenses; perspectiva na qual o estudo se desenvolve. Para tal, procuramos por reconstituir os caminhos trilhados por essas mulheres até se tornarem catadoras, como vivem os entrelaços das jornadas de trabalhadora e ainda de mãe, esposa e dona de casa, e questionamos por que tantas mulheres encontram-se como catadoras de materiais recicláveis, enquanto condição de trabalho precário?

Nessa perspectiva, traçamos como objetivo da pesquisa, como objetivos: Esquematizar o perfil educacional da mulher catadora, com base em suas narrativas sobre a educação familiar e escolar que receberam; Examinar as histórias de vida dessas trabalhadoras, identificando as formas de resistência e superação no cotidiano familiar, ao lado dos indicativos de mecanismos de poder, que produzem a invisibilidade social do seu trabalho.

As informações e consequentes análises foram realizadas, a princípio, no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, entre 2000 e 2014. Este material mostrou-nos que 54 dissertações e 3 teses discorriam sobre catadores de materiais recicláveis. Assim, vimos que o grande desafio estava no sujeito e no objeto catadoras de materiais recicláveis, mulher e sua educação, dado que não perpassou explicitamente na documentação disponível na CAPES. Porém, percebemos como mecanismo de referências, nestas pesquisas, a categoria educação dessas profissionais ainda que invisibilizadas e conferimos que estes estudos concentravam-se nas áreas de Economia Doméstica, Geografia, Enfermagem Psiquiátrica, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Ciências Sociais, Direito, Engenharia Química, Psicologia da Saúde, Psicologia Social, Serviço Social e Saúde Pública.

Diante disso, elegemos duas categorias centrais neste estudo: trabalho e educação, considerando que a atividade de reciclagem se constitui um meio solidário de sustento das famílias, chefiadas em sua ampla maioria por estas mulheres. Por outro olhar, constatamos ser um trabalho perigoso à saúde delas, na medida em que, nas muitas situações, não há condições seguras e adequadas de estocagem e manuseio dos materiais recicláveis. Um outro fato é a nova política que estabelece ações de formação para estas profissionais, mas, na capital São Luís, a

ação ainda não ocorreu na sua totalidade. Com isto, questionamos: Quais as possibilidades que o lixo ou resíduos nos dão? Vejamos algumas.

O lixo nos fornece uma fabulosa interdisciplinaridade, como diz Queiroz (2003 p.154), “uma busca da unidade do conhecimento. Pondo de lado a visão fragmentada ou dicotômica da temática, buscando compreensão do todo, por meio da interação”. Portanto, ele é transdisciplinar, o que nos permite fazer uma abordagem científica, que busca a unidade do conhecimento, num percurso que possa atingir uma atitude empática de abertura ao outro, logo as contribuições das diversas áreas são imprescindíveis, na construção dessas conexões.

É oportuno mencionar que o cinema tem sido um lugar onde o lixo tem ganho destaque, desde a segunda metade do século XX, visto ser o cinema é a arte “sintese”, total, por conciliar todas as demais, por isso é considerado a sétima arte¹. Analogicamente, os atualmente denominados Resíduos são semelhantes à sétima arte; um resultado de todas as produções humanas.

Na produção cinematográfica brasileira, existem dois curtas-metragens, e um longa-metragem sobre o lixo: **Ilha das flores**, que foi gravado em 1989, na grande Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul; tem duração de treze minutos. Trata a história de um tomate, da colheita ao descarte, na cozinha de uma família, até a chegada num lixão da Ilha cidade, a dois quilômetros de capital gaúcha, onde crianças disputam comida que normalmente não serviriam nem aos porcos. O pano de fundo é a desigualdade social, a pobreza. A produção ganhou os prêmios de melhor curta, roteiro e imagem daquele ano, num dos festivais mais conhecidos do cinema brasileiro, o de Gramado, cidade gaúcha. No ano seguinte, trouxe do festival de Berlim, na Alemanha, o Urso de Prata, como melhor curta. JESUS (2005).

Outro documentário é **Estamira**, lançado em 2004, resultante do trabalho iniciado pelo poeta e jornalista Marcos Prado, em 1993, no lixão de Gramacho, no Estado do Rio de Janeiro. Retrata a vida de uma mulher catadora, com distúrbios mentais. O documentário mostra também a vida do “material” produzido pela sociedade, como os subalternos, um refugio humano. Este é o “efeito colateral da construção da ordem, “cada ordem define algumas parcelas da população como ‘deslocadas’, ‘inaptas’ ou ‘indesejáveis’” (BAUMAN, 2005, p.12). Assim, uma mulher

¹ A sétima arte, é o termo criado por Ricciotto Canudo (1877-1923) no “Manifeste des Sept Arts” (Manifesto das Sete Artes), em 1911, com publicação do documento doze anos depois. Segundo este teórico e crítico futurista, o cinema não era um espetáculo para massa, mas uma categoria chamada Belas Artes que envolve: música, pinturas, escultura, arquitetura, poesia e a dança.

com 63 anos de idade e, há vinte, trabalhando no lixão, com um esquizofrenia, em um dos seus delírios, durante as filmagens, disse: “vocês não aprenderam nada na escola. Vocês só copiam hipocrisias e mentiras charlatais!”.

Essa fala nos remete ao que Nietzsche (2007, p.30) afirmou: “é preciso ter o caos dentro de si para gerar uma estrela cintilante”. Em outras palavras, para ser lúcida o suficiente em algumas verdades. Estamira morreu em 2011, já não trabalhava mais no lixão, e o curta-metragem ganhou mais de trinta prêmios no Brasil e no exterior.

Precisamente em 2011, foi lançado “**Lixo extraordinário**”, documentário filmado, também, no lixão de Gramacho. Nele, é mostrada a arte do e no lixo; a arte daqueles e daquilo que vivem e que não é, necessariamente, ‘rejeito’, pois segundo Benjamin (1997), a arte perdeu, ao longo do tempo, o aspecto de sobrenatural aos olhos da grande maioria da população. Aquilo que era intocável se aproxima do popular, com uma possibilidade maior de recepção, e assim foi o projeto do artista plástico Vik Muniz, que já apresentou, dentre outras obras famosas com lixo, o Nascimento da **Deusa Vênus**, de Botticelli. O longa- metragem ganhou dois prêmios no festival de Berlim, em 2010, um da Anistia Internacional e outro do público, como melhor documentário, além de ter sido indicado, em 2011, ao Oscar de melhor documentário (SANTOS & FUX, 2011).

Nas artes visuais, Debret (1768- 1848), quando veio ao Brasil, no século XIX, na chamada expedição francesa com o objetivo de criar uma academia de belas artes, pintou o quadro o “escravo varrendo a rua”. Nesta obra, de apresentar uma preocupação com os vasos carregados pelos “tigres” para jogar fora as imundícies de seus senhores (EIGENHEER, 2011).

Não menos importante, e com relevância extraordinária, na literatura, merecem destaque:

- Victor Hugo (1802-1885), escritor francês, que nos legou a obra “O intestino do Leviatã”, cujo título faz analogia aos canos de esgoto de Paris que despejavam toneladas de dejetos direto no mar.

- Walter Benjamin (1892-1940), em sua narrativa “Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo”, retrata a luta dos trapeiros pela sobrevivência, além, do comprometimento da limpeza urbana. Pois, ao procurarem por comida, o lixo era desorganizado e deixado nas calçadas.

- No Brasil, temos a famosa crônica de Luís Fernando Veríssimo (1976 aos dias atuais) “O lixo” publicado pela primeira vez em 1981 em seu livro “O analista de Bagé”.

- “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (o *best seller*, que, na definição de Oxford (2007), é sucesso de vendas, ou seja, um dos mais vendidos), de autoria da mulher catadora, Carolina Maria de Jesus (1914- 1977), cuja primeira edição data de 1960.

- Manuel Bandeira (1886-1968), poeta modernista, escreveu o “O bicho”, em que aborda a relação do ser humano com o lixo, numa observação feita dois dias após o Natal em 27 de dezembro de 1947, na cidade do Rio de Janeiro.

- Ao lado desses escritores, temos a obra do catador Tião dos Santos, que lançou uma autobiografia, “Do lixo ao Oscar”, o que deu maior visibilidade a esta categoria de trabalhadores, indispensáveis à sociedade, pelo trabalho que realizam, mas, insignificantes socialmente para esta mesma sociedade.

No campo do trabalho, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE, divulgados em junho de 2013, o Maranhão produz diariamente 6.754 toneladas de resíduos. Deste total, são coletadas diariamente 4.061, e a destinação final adequada é dada a apenas 1.297 toneladas; a coleta *per capita* diária é de 0,958 kg. São portanto, as toneladas sem destino adequado que provocam odores e sujeiras nas ruas, da capital maranhense.

Por outro lado, a importância da Catadora está justificada no valor econômico dado aos resíduos. O Ministério do Meio Ambiente afirmou, em 2013, que o mercado da reciclagem movimentava R\$ 12 bilhões, ao ano, no Brasil. Dos oitocentos mil catadores e catadoras em todo o país, sessenta mil estão integrados em associações e cooperativas, conforme dados do Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE.

Em São Luís, como em diversas partes do mundo, os problemas ocasionados pelo lixo, há muito tornaram-se manchetes jornalísticas. A exemplo: “Urubús devoram carniças nas praças e infestam o mercado público”, veiculada no Jornal Correio da Semana (1953, p. 4). Embora a publicação tenha um pouco mais de sessenta anos, a imprensa, na atualidade, traz estas mesmas discussões, agora, também reforçadas pela televisão e *sites* de notícias.

Na obra “O mulato”, de Aluísio de Azevedo (1857-1913), este autor descreve a imundície dos vendedores de fato na Praça da Alegria, referindo-se a “[.] uma

preta velha, vergada, por um imenso tabuleiro de madeira, sujo seboso, cheio de sangue e coberto por uma nuvem de moscas[...]" (AZEVEDO, 1988, p.17). A descrição é de uma pessoa imunda, merecedora de desprezo, sem nenhuma ressalva de aquela ser a forma de trabalho que tem aquela mulher negra de sobreviver.

Numa crítica aos problemas de limpeza, o intelectual Domingos Vieira Filho (1923-1982) escreveu: "os garis da época eram o 'vento amigo' que Oliveira Lima chamou acertadamente de 'grande higienista da cidade' e a água das grossas chuvas que lavam as ruas de São Luís" (VIEIRA FILHO, 1971, p.34). As brisas continuam a higienizar a cidade, porém, agora, com ajuda de catadores e catadoras e, também, dos garis das empresas terceirizadas pela administração municipal.

A discussão sobre esta temática ampliou-se em larga escala, após a promulgação da Lei nº 12.305 de 2 de agosto 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dando destaque à questão do estímulo à disposição adequada de resíduos e da reciclagem.

Considerando esse contexto é importante responder, ao longo da pesquisa, alguns questionamentos sobre as pessoas que trabalham na catação dos resíduos: O que exatamente significa para a sociedade moderna a existência de pessoas na condição das catadoras? Que malefícios e benefícios estas trabalhadoras informais trazem à sociedade? Elas são as excluídas necessárias ou desnecessárias à sociedade? Por que a sociedade, que usufrui do trabalho da catadora não a reconhece? Quais são as representações nas relações educacionais e de trabalho na história e memória de mulheres catadoras de material reciclável em São Luís? Portanto, adentrar no universo de catadores e catadoras de materiais recicláveis é introduzir-se num campo interdisciplinar, que, historicamente os/as transformou de objetos de discriminação em sujeitos etnopolíticos². Mas que universo é este?

Tentamos, então abordar quatro temáticas interligadas: mulheres, trabalho, educação e gênero. Para isso nos fundamentamos, dentre outros, nos estudos de Hirata (1999), Lobo (1987), Motta (2003), Perrot (2005), Priore (2013), Saffioti (2013), Scott (1995), Touraine (2010), cujas leituras foram de extrema importância para a compreensão acerca da posição histórica das mulheres no mundo, em

² Sujeito Etnopolítico, é o termo usado por Malighetti, 2007 na pesquisa. "O quilombo de Frechal: identidade e trabalho de campo em uma comunidade brasileira de remanescentes de escravos". Para referir-se ao processo de luta pela inclusão social dos negros.

diversas épocas e contextos, em que as relações entre os sexos estiveram e continuam pautadas pela supremacia masculina.

Inicialmente, procuramos reconhecer a condição da mulher catadora de materiais recicláveis com uma indispensável “vigilância epistemológica”, conforme Bourdieu (2009), ao referir-se ao cuidado com as condições e limites da validade de técnicas e conceitos, que pondere a validade dos conceitos e das categorias de análise.

Portanto, este texto, em seu **primeiro capítulo** contém um breve panorama sobre os diversos conceitos de trabalho, categoria central, e nele discutimos as relações entre trabalho, gênero e economia, referentes a mulher, finalizando-o com o reconhecimento da ocupação aqui estudada.

No **segundo capítulo**, apresentamos o espaço onde a mulher catadora está inserida, fazendo um recuo histórico sucinto até Antiguidade. Buscamos situar a pesquisa, iniciando pela contextualização dos materiais recicláveis, destacando os entraves da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, arrematando-o com as reivindicações constantes de melhores políticas públicas.

No **terceiro capítulo**, a educação dessas mulheres é o centro da discussão; as narrativas educacionais são trazidas à baila, com base na análise das narrativas e das entrevistas. Realizamos um diálogo com as políticas públicas de inclusão desta categoria de trabalhadoras e suas contradições, bem como suas implementações, na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão.

Como instrumentos de coleta de dados, foram aplicados questionários semi-estruturados, *in loco*, e entrevistas, nas quais as mulheres fizeram narrativas de suas histórias de vida escolar, familiar e profissional. As análises buscam construir um perfil que contemple faixa etária, escolaridade e renda salarial média.

Ao fazermos uma interlocução com as catadoras, utilizamos a História Oral, “subdivisão historiográfica que se refere a um tipo de fonte com a qual o historiador trabalha, a saber: os testemunhos orais” (BARROS, 2010, p.132), visto que a História Oral conta com métodos e técnicas, em que a constituição de fontes orais desempenham função importante: faz brotar do interior a mais profunda experiência dos atores sociais (Lozano, 2005). A perspectiva adotada foi da história cultural, por concordarmos com Barros (2010), do ponto de vista já aludido.

Também nos subsidiamos em outros documentos, como relatórios das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, SEDUC e SEMED, respectivamente, Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS e Secretaria Estadual do Trabalho Renda e Economia Solidária – SETRES, por serem instituições responsáveis pela execução das ações voltadas para este grupo prioritário, como os programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida e Pró-Catador e ainda realizamos entrevistas com os responsáveis pelo segmento das catadoras e catadores dentro de suas pastas.

Logo, submergir no universo das catadoras de materiais recicláveis é se propor contribuir para “preencher” esta lacuna que há muito se ressenete de estudos feministas, principalmente no campo da educação.

2 O ATERRO DO TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS

Diante da importância do estudo sobre o trabalho e a educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis, e com todas as suas limitações, principalmente no que tange aos diversos significados do trabalho destas, elaboramos um breve panorama, a esse respeito, buscando suporte na etimologia, na História e na Sociologia, por entendermos que os conhecimentos não ocorrem de maneira isolada, mas se complementam. Logo os resíduos, matéria-prima da atividade exercida com maestria por esta categoria de mulheres, é exatamente isto: a junção de tudo aquilo que pode ser reciclado e ser reinserido para o uso da sociedade.

2.1 A rede de conceitos

O trabalho é uma atividade tão remota quanto o empenho de mulheres e homens em satisfazer suas necessidades, a fim de garantir a sobrevivência da espécie humana. Os estudos etimológicos realizados pela psicóloga Edite Krawulski (1991) explicam que numa grande parcela das línguas da cultura europeia existem diversas acepções para o termo trabalho. No grego, “*ergon*” constitui ação, obra, coisa feita pelo exercício da ação; ao contrário, “*argein*” significa está em lazer, e “*ponos*” tem a definição de pena, fadiga. Dessa maneira, três diferentes expressões representam o sentido de uma única palavra: a primeira concebe a fabricação; a outra, o esforço e a última, o ócio.

O latim clássico diferencia “*laborare*” de “*opus* e *operare*”. O primeiro significa trabalhar, laborar, executar, empenhar-se em algo e também sofrer, padecer, cansar-se. Dos dois termos seguintes é sinônimo, “*opus*”, alusivo à obra, trabalho, penas e riscos. Na língua francesa dois termos se diferenciam: “*travallier*” e “*ouvrier*” e ainda tem um terceiro, “*tâche*” que significa tarefa. No italiano, “*laborare*” e “*operare*”, e, no espanhol, “*trabajar*” e “*obra*”. No inglês o termo “*work*” é documentado desde o século X expressando algo que se faz, produto da ação de uma pessoa, criação, coisa feita manualmente e “*labour*”. Enciclopédia Mirador Internacional (1989).

A origem dos termos expostos são todos das línguas indo-europeias, uma vez que estas determinaram a maioria das línguas faladas atualmente na Europa e nos países por eles colonizados, caso do Brasil. No entanto, a Enciclopédia Mirador Internacional (1989) sinaliza não existir uma única raiz indo-europeia para a palavra

trabalho. Cada língua ampliou seu próprio conceito; em alguns momentos se assemelham à noção de ação, em outros, de produto, de sofrimento, padecimento, além de peso e carga.

Conforme as filósofas Suzana Albornoz (1988) e Hanna Arendt (2014) em todas estas línguas seja indo – europeias ou sejam suas ramificações, as palavras equivalentes a “*labor*” possuem conotação de dor, sofrimento, esforço, cansaço; enquanto “*work*” ou “*werk*” representam criação. Para o historiador Perry Anderson (1982), esta dualidade de sentidos provocou a separação entre trabalho material e liberdade, desde a Grécia antiga, quando não existia o conceito de trabalho como função social ou como conduta pessoal.

Para Albornoz (1988) e o filólogo Francisco Bueno (1988), em nossa Língua a palavra trabalho originou-se de três termos do latim vulgar: “*tripallum*” era um instrumento feito de três paus afiados com ferro com o qual os agricultores processavam os cereais; “*trabaculum*”, instrumento de tortura que teria se originado na agricultura; e “*tripaliare*”, que significa exatamente torturar. Eis, pois, as justificativas para que, desde tempos ancestrais, trabalho tenha sentido de padecimento, castigo, cativo.

Certamente pelas origens do termo, em nossos dias, a palavra trabalho abrange múltiplos significados, os quais na maioria das vezes, implicam a ação de mulheres e homens para continuar a viver e realizar-se. Bueno (1988) define trabalho como um termo masculino que em sua forma substantiva quer dizer: exercício, aplicação de energias físicas em algum serviço, numa profissão, ocupação, mister, ofício, labuta, esmero, cuidado, dedicação, feitura de uma obra: a própria obra já executada: livro, compêndio, escultura e pintura.

Ainda nessa perspectiva acerca do sentido do termo trabalho, o filósofo István Mészáros (2006), considerando a questão do trabalho no Ocidente, ratifica que ora o trabalho equivalia a sofrimento, ora, a felicidade; ora a servidão, ora a emancipação. Enfim, uma prática vital.

Conforme Albornoz (1988), de acordo com os interesses das áreas de estudos, trabalho, às vezes, se distancia daqueles significados fundamentais do termo que são transparentes em nossa linguagem comum. A autora lembra ainda que em Física, por exemplo, ele é o produto entre força e deslocamento de um corpo em movimento no tempo, e, na Fisiologia, um músculo realiza “trabalho”.

Na contemporaneidade, vários estudiosos têm discutido a centralidade do trabalho e da classe trabalhadora, de tal modo que categoria tem sido objeto de estudos de diversas linhas de pesquisa. É importante lembrar que as Ciências Naturais estudam os aspectos psicológicos e fisiológicos do trabalho, e as Ciências Sociais o analisam como um acontecimento socioeconômico, (Sávitchenko, 1987).

No banco de dados do CNPQ existem mais de 3.161 grupos de estudos e pesquisas registrados com este enfoque, conforme consultas realizadas no mês de fevereiro de 2016. Mas, é oportuno reiterar que todas as divergências e concordâncias teóricas acerca do conceito de trabalho, não são suficientes para suprimir os seus significados para a vida de homens e mulheres.

Para o advogado Carlos Roberto Oliveira (1987) no período pré – histórico é possível localizar elementares marcas do que as ciências definem como trabalho; no período neolítico, nas “comunidades tribais”, consideradas a última fase das sociedades sem classe, as características são identificadas pela diversidade da economia: formas embrionárias de agriculturas, caça, pesca e criação de animais. Desde então, há mais ou menos um milhão de anos, quando viveram os “*australopitecos*”, a forma mais antiga de “*homo faber*”, tais configurações concernentes ao trabalho foram apenas aprimoradas de acordo com os interesses da sociedade de cada época, uma vez que o trabalho é próprio da espécie humana.

Durante a Antiguidade, consoante o historiador Sir Moses Finley (1973), a agricultura continuou a ser um dos principais meios de produção e, embora não tenham existido as noções conceituais que hoje sedimentam a “economia”, muitas dessas populações antigas viviam do trabalho na agricultura e tinham na terra a fonte de todo o bem, quer material, quer moral.

Na Grécia antiga, existia a distinção entre o empenho do trabalho na terra e a fabricação do artesão e também a atividade livre do cidadão que debatia os problemas da comunidade. Portanto, o trabalho na terra tinha um prestígio, por questões de mística, pois, além dos ciclos naturais, acreditava-se ser possível manter uma ligação com as divindades da fertilidade.

Para os artesãos, essa divisão do trabalho estava relacionada à diversidade de dons e à qualidade do produto e não com a produtividade. Albornoz (1988, p. 45) ratifica:

Para o pensamento antigo é a finalidade que dá sentido e comanda o conjunto da atividade produtiva. A causa real da fabricação não está na vontade ou na força do artesão, mas fora dele, no produto feito no fim a que se dirige a atividade.

Com isso o bom uso das coisas era mais importante que sua transformação pelo trabalho.

Nesse contexto, a escravidão foi basilar para manter os cidadãos comuns longe do trabalho braçal, enquanto os cidadãos livres cuidavam do trabalho intelectual. Como havia o espaço privado da casa, o “*domus*”, e o espaço público da cidade, a “*polis*”, nesta ocorriam as discussões a propósito da democracia dos cidadãos livres e seus negócios.

Para Arendt (2014), a escravidão na Antiguidade, em oposição à tempos modernos, incidiu na tentativa de eliminar o labor das condições da vida humana. Naquele período, segundo a autora, o importante era o culto ao belo. Laborar expressava ser escravizado pela necessidade, logo a escravidão estava intrínseca a condição humana.

Os povos orientais também tiveram a agricultura como elemento base da sua economia, mas acrescentaram a pecuária e ainda a pesca, a caça, o artesanato e o comércio também praticados. O trabalho nestas comunidades era puramente obrigatório e a mão de obra fortemente ligada às comunidades aldeãs, com cooperação na produção.

Durante a Idade Média ocidental, o modelo de sociedade escravagista foi substituído pelo feudal; os servos, por não terem propriedades de terras, constituíam uma relação servil produzindo para si e para todo o feudo. O trabalho foi diversificado e outras formas de trabalho brotaram; o comércio e o artesanato foram fortalecidos, a pecuária tornou-se uma atividade intensa, as cidades progrediram, determinando novas formas de trabalho e gerando riquezas.

Por outro lado, o desenvolvimento da sociedade fez surgir novas maneiras de organização da categoria trabalho, reconfigurações na forma de manipular e transformar matéria- prima e de acrescentar valor à força de trabalho.

Estas etapas são conhecidas como *modos de produção*, a forma como é organizada a produção material de cada período. Então, superados os modelos *primitivos*, representados pelas comunidades tribais, o trabalho é realizado coletivamente; o modelo *escravista*, em muitos casos, foi implantado com os prisioneiros, os quais eram tornados escravos. Porém, a marca principal de dá com

separação entre trabalho intelectual e trabalho manual; o modelo *asiático*, sobretudo da Ásia Oriental, como na Índia, China e no Egito, conforme o filósofo Karl Marx (1975), a revolta dos escravos e os altos custos para se manterem improdutivos motivaram o fim deste modelo o modelo *feudal*, pode ser entendido, segundo Marx (1975), como aperfeiçoamento do modelo asiático; seu foco era a agricultura de subsistência e a propriedade nas mãos do senhor do feudo.

Já no início do século XVIII, esses modos de produção ganham caráter mais econômico com a chegada da moderna teoria social do trabalho com surgimento do modo de produção *capitalista*. Hannah Arendt (1906 - 1975), assim descreve uma imagem da sociedade do trabalho e da massificação da modernidade que criou o *homo faber*³ e o *animal social*:

A repentina e espetacular afirmação do trabalho, desde a mais baixa e desprezada posição ao nível supremo e à mais apreciada entre as atividades humanas, começou quando Locke descobriu que o trabalho é a fonte de toda propriedade. Continuou quando Adam Smith afirmou que o trabalho era fonte de toda riqueza e encontrou sua culminância no “sistema de trabalho” de Marx, onde o trabalho tornou-se fonte de toda produtividade e a expressão da verdadeira humanidade do homem (ARENDR, 1995, p.113).

Embora a autora não mencione o filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 - 1831), ele apresenta o trabalho como ação característica do homem, que supera o impulso imediato do animal e é capaz de criar produtos e ferramentas, e reflete ainda sobre a prática formadora do trabalho, fonte de civilização e riqueza.

Neste percurso histórico, temos muito a aprender com os estudos sociológicos e suas discussões sobre o significado do trabalho para a vida de mulheres e homens. No século XIX figuras como Karl Marx (1818- 1883), o filósofo, sociólogo Émile Durkheim (1858- 1917) e o economista Max Weber (1864- 1920), nos ajudam a compreender a relação entre trabalho e educação e a função de cada uma destas categorias na sociedade.

De acordo com Sell (2012) o trabalho para Marx se fundamentava como categoria central das relações sociais, porque a sociedade de classes teria surgido com a divisão do trabalho e, nessa perspectiva, dividiu o trabalho em alienado e não-alienado, produtivo e não produtivo, considerando o trabalho alienado como aquele que produz a mais-valia (absoluta e relativa) e valoriza o capital.

³ O homem artífice. Locução empregada por Henri Bergson (1859-1941) para designar o homem primitivo ante a necessidade de forjar ele próprio os utensílios indispensáveis à manutenção da vida.

Para Durkheim, dividir o trabalho seria uma atitude de solidariedade e motivação para conflitos. Essa dependência das pessoas entre si permitiria a união, então, a efervescência da sociedade daquela época era um tema sobre a moral, uma vez que faltavam normas e instituições para unificar a sociedade, concluindo na sua densa análise que a sociedade determina o indivíduo. Weber aponta uma forte relação entre o Capitalismo e o Protestantismo. Para ele, a Reforma Protestante nos permitiu ver o trabalho como possibilidade de á da obtermos êxito material, como demonstração de bênção divina; visão antagônica igreja cristã do sistema feudal.

Sabemos que uma das especificidades do modelo capitalista foi a divisão entre a força de trabalho e os meios de produção. Assim no século XX, foram desenvolvidos três modelos de organização do trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade, o acúmulo de capital e dominar os meios de produção: São eles: *taylorismo, fordismo e toyotismo*.

O *taylorismo* foi criado por Frederick Taylor (1856-1915). Para este engenheiro mecânico, idealizador do modelo, o operário não necessitava entender todo o processo de produção; precisava apenas executar suas tarefas em curto espaço de tempo, de modo que os trabalhadores permanecessem longe do trabalho intelectual. Ficou então explícita a separação entre procedimentos de trabalho e as especificidades dos trabalhadores, particularidades estudadas minimamente por ele (MORAES NETO, 1984).

Para Moraes Neto, o empresário Henry Ford (1863-1947), criador do fordismo, aprimorou as ideias de Taylor, instituindo um conjunto de conceitos para a administração industrial; a linha de montagem, na qual os trabalhadores tinham uma tarefa específica, em seu posto de trabalho, auxiliados por ferramentas especializadas. Neste modelo, as máquinas eram responsáveis por colocar o ritmo de trabalho, com o aparecimento da esteira que transportava os automóveis, portanto o funcionário era responsável exclusivamente por uma fase do processo produtivo.

No *Toyotismo*, criado pelo engenheiro mecânico japonês Taiichi Ohno (1912-1990), as semelhanças com os dois modelos anteriores estão exatamente na racionalização do trabalho, na busca por qualidade e nos lucros sobre os produtos. Tal modelo exigiu do trabalhador mobilização de habilidades cognitivas e exploração

da força de trabalho das mulheres, em detrimento da masculina, embora com salários muito inferiores.

Em toda essa trajetória, incontáveis pesquisadores têm discutido a centralidade do trabalho e da classe trabalhadora na sociedade de cada época. Na contemporaneidade, podemos citar: o filósofo Adam Schaff (1913 - 2006), no texto “A sociedade informática”; o filósofo e jornalista André Gorz (1923 - 2007), com a obra “Adeus ao mundo do proletariado: para além do socialismo”; o sociólogo Claus Offe (1940- dias atuais), especificamente em seu artigo “Trabalho: a categoria sociológica chave?”; o sociólogo Ricardo Antunes (1953 - dias atuais), em “Adeus ao mundo do trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho”; e o filósofo e sociólogo Jurgen Habermas (1929 - dias atuais), cujo estudos serviram de base para os autores anteriormente citados.

Claus Offe (1994, p. 86) inicia seu texto fazendo os seguintes questionamentos:

Existem indicações de uma diminuição no poder determinante do objetivo do trabalho, da produção e da compra em relação às condições sociais e ao desenvolvimento social como um todo? A sociedade está objetivamente menos configurada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho está perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla? É possível dizer, apesar do fato de uma parte esmagadora da população depender do salário, que o trabalho se tornou menos importante tanto para os indivíduos quanto para a coletividade? Podemos então falar da “implosão” da categoria trabalho.

A centralidade da discussão de Offe é a “crise na sociedade do trabalho” e os conceitos sociológicos de estrutura e de conflito indicados. Ele aponta em Habermas e em outros autores que debatem a centralidade do trabalho, ideias encontradas sobretudo entre os franceses, principalmente o filósofo Michel Foucault (1926 -1984), o sociólogo Alain Touraine (1925 - dias atuais) e o já citado André Gorz. Entretanto, ele finaliza sua discussão sobre a produção, sem pôr fim ao assunto; apenas faz um desafio sobre a explicação do por que a esfera do trabalho e da produção em consequência da “implosão” de sua habilidade para determinar a vida social, à qual submerge a capacidade de estruturação e organização. Suas inquietações têm como foco a centralidade objetiva e subjetiva do trabalho.

Na sua obra, Antunes (1995) detalha os três modelos de produção já citados, a questão da qualificação e desqualificação do trabalho, neste segundo capítulo conclui:

Não há uma tendência generalizante e uníssona, quando se pensa no mundo do trabalho. Há, isto sim, como procuramos indicar, uma processualidade contraditória e multiforme. Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou - se ainda mais a classe que vive do trabalho (p. 65).

Portanto, houve uma intelectualização do trabalho manual de um lado, e de maneira contrária, uma desqualificação e subproletarização intensificadas no mundo do trabalho precário, temporário, parcial, entre inúmeros outros. Ocorreu também a inclusão do trabalho feminino no mundo produtivo, a ampliação da classe trabalhadora por meio do assalariamento e do serviço. É possível entender que nem o operário nem a classe trabalhadora irão desaparecer tão rápido, não sendo possível, contudo fazermos previsões nem num universo distante.

Distante dos autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade na atualidade, há convergências em curso. Segundo Antunes (1995), todas as situações e controvérsias, já mencionadas, não nos permitem concluir acerca da centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias. O suporte das obras marxistas é a diferença entre trabalho abstrato, que produz valores de troca (mercadorias) e trabalho concreto, que produz valores de uso, porém na sociedade capitalista o valor de uso permanece condicionado ao valor de troca.

Vale salientar, entretanto, que em um dado contexto, em que muito se discute crise, em suas várias dimensões, é indispensável prudência ao discuti-la nos aspectos da sociedade do trabalho. Conforme nos alerta Antunes: é a crise da sociedade do trabalho abstrato, segundo o filósofo Robert Kurtz, 1992, ou a crise do trabalho concreto, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre homens e natureza nas discussões de Offe, 1989; Gorz, 1982/1992 e Habermas, 1987. Todavia, é importante distinguir a crise da sociedade do trabalho abstrato, para que não seja confundida em suas interfaces com a crise da sociedade do trabalho concreto.

Independentemente da perspectiva teórica adotada em quaisquer épocas ou área do conhecimento, nenhuma conseguiu até o presente momento negar sua condição estruturante para a vida social. A variedade de conceitos, os significados estão entrelaçados com relações de gênero, assunto das próximas páginas.

2.2 As relações entre trabalho, gênero e economia na vida das mulheres catadoras de materiais recicláveis

Para Suzana Albornoz (1939 - dias atuais), possivelmente a primeira divisão sexual do trabalho surgiu quando a mulher contribuiu para o nascimento da agricultura e empenhou-se no seu desenvolvimento, colaborando para a superação do nomadismo dos povos caçadores, negando a mudar-se de suas localidades, em razão da maternidade e, conseqüentemente, da proteção à família.

Essas mulheres perceberam a necessidade de usar melhor a natureza, e então o plantio ficou sob sua responsabilidade, a caça, do homem. Ressalta-se, porém, que essa separação de tarefas teve influências místicas e de crenças sobrenaturais advindas daquele período em que se via a figura feminina unida ao mundo vegetal, que, como geradora de vidas, deveria gerar alimentos, e o masculino ao ligado mundo animal.

Segundo a professora, socióloga feminista Heleieth Saffioti (2013) as mulheres das camadas sociais ocupadas na produção de serviços nunca se ausentaram do trabalho. E, em todas as épocas e lugares elas têm contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social.

Nas sociedades antigas, como vimos, as diferenças entre homem e mulher estavam presentes em tudo: nas roupas, na linguagem, nas tarefas, nos cargos e encargos sociais. Mas, ambos, viveram a escravatura, a servidão, o trabalho artesanal, a ascensão da burguesia comerciante, a manufatura, a industrialização, as lutas operárias por melhores condições de trabalho e a história do trabalho das mulheres, que é adversa daquela dos homens.

Tendo por base o modelo de produção capitalista e seus objetivos exclusivamente econômicos, Dias (2008) explica a existência de uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens como uma construção social, fundamentada na hierarquia, com objetivos de desvalorizar sua participação no mundo do trabalho, o que gera desigualdade social.

Com a ampliação da produção, com a utilização de máquinas, surgiram as demandas por uma maior quantidade de trabalhadores, e, por conseguinte, foram inseridas as mulheres e as crianças no universo das fábricas, onde, até aquele momento, era exclusiva a presença dos homens. Para Marx (2008) ao diminuir a importância da força muscular, a maquinaria permitiu o aproveitamento dos

trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Assim, a principal preocupação do capitalista, ao empregá-la, foi a de fazer uso da força de trabalho das mulheres e crianças. Dessa forma, além de substituir o trabalho e trabalhadores, a maquinaria modificou-se logo após de modo a aumentar o número de assalariados, inserindo toda a família, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto e exploratório do capitalismo.

Em se tratando destas alterações, a historiadora norte-americana Joan Wallace Scott (1995 p. 2), contribui para esta compreensão, a partir da categoria Gênero, pois assegura ser a abordagem de uma “posição social e atributo das estruturas sociais”. Portanto, não é fixo nem natural, trata-se do “conhecimento que estabelece sentidos para as diferenças físicas”. Entendido, igualmente, “como a organização social da diferença sexual”, entendendo-a como essencial para compreender as relações de desigualdade social, tanto na vida pública quanto na privada.

Estas abordagens históricas sobre gênero podem ser divididas em duas categorias, conforme Scott,

A primeira é essencialmente descritiva, refere-se à existência de fenômenos ou de realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam a forma que tem (SCOTT, 1995, p.74-75).

Os mais diversos experimentos de dominação marcaram e continuam a marcar a história das mulheres em todas as épocas, de que tem os conhecimentos. O universo social, através dos marcos simbólicos, confirma a dominação masculina, ao sagrar o espaço público aos homens e o espaço privado às mulheres. Assim, a noção de poder divide os cidadãos em dominantes e dominados. Por outro lado,

A transformação da ação em dominar e ser dominado – isto é, os que ordenam e os que cumprem ordens – produz-se inevitavelmente quando o modelo para se compreender a ação é extraído da esfera privada da vida doméstica e transposto para a esfera público-política, onde a ação propriamente dita se dá apenas como atividade entre pessoas (ARENDR, 2013, p.98).

A categoria gênero surgiu nos fins da década de 60 do século passado, quando Scott (1941 - dias atuais) regressava do seu doutorado e vivia em sua Universidade as situações incômodas relacionadas aos movimentos sociais. Como categoria de análise histórica, estabeleceu ao longo das décadas entrecortes com outras categorias, como as de classe, raça, sexualidade e geração, para ficarmos

nestes 4 exemplos. Tudo isso a fim de expor as experiências da pessoa mulher, em diferentes tempos e lugares.

Sem dúvida, a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre homens e mulheres. Enquanto nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usada como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema (MATOS, 1994, p.16).

De tal modo os estudos de gênero têm contribuído para a solidificação da História das Mulheres, considerando a dinâmica de lutas e resistências femininas na busca pelo rompimento dessa dominação de modo incessante.

Com o intuito de melhor compreender estas relações: trabalho, gênero e economia na vida das mulheres, são pertinentes as contribuições da assistente social feminista, Mirla Cisne (2014), sobre a importância de mostrar de qual ponto conceitual partimos, de tal modo a facilitar o entendimento sobre essa economia feminista. Nesse sentido, o filósofo Marcos Nobre (2002, p.35) aponta como campos das Ciências Econômicas:

Estudos do pensamento econômico a partir da invisibilidade das mulheres no pensamento neoclássico e marxista, bem como a resignificação do trabalho de forma mais ampla, considerando o mercado informal, o trabalho doméstico, a divisão sexual do trabalho na família e fundamentalmente agregando a esfera reprodutiva como essencial a existência humana.

Uma das bases estruturais é o enfrentamento da invisibilidade das mulheres no mercado de trabalho, apontando para a reorganização político ideológica do movimento feminista. Houve e existe uma necessidade histórica do próprio movimento feminista de buscar visibilidade a estas trabalhadoras. Nesse outro olhar econômico, um dos motivadores são os episódios em que a maioria das referências, até mesmo nas estatísticas, com relação ao funcionamento da economia, as mulheres ficam camufladas na unidade da família, como se elas não existissem, independentemente do núcleo familiar ou como casal (COSTA, 2012).

As mulheres da classe trabalhadora foram criadas com a finalidade de gerar um “capital humano masculino”, daí o salário familiar ser repassado aos homens encoberto de proteção, e os baixos salários femininos justificados por serem as mulheres pessoas fracas e dependentes economicamente do marido ou do Estado, ou seja:

O conceito da dona de casa improdutiva era um subproduto de uma nova definição de trabalho produtivo que valorizava a participação no mercado e desvalorizava o trabalho não-mercantil, atividade central na vida de muitas mulheres. A mudança na terminologia formalizou os pressupostos da economia política androcêntrica (CARRASCO 1999, p. 40).

Sobre essa desvalorização do salário das mulheres que ocupam os mesmos postos de trabalho que os homens, Hirata e a engenheira Héléne Le Doaré (1999, p. 17-18) assinalam:

As desigualdades de salário, compreendidas em trabalho igual são constatadas por toda parte do mundo, até mesmo em países que assinaram as convenções da OIT, que as proibem [...]. No setor industrial dos países desenvolvidos, o salário médio das mulheres representa três quartos do salário masculino.

Para ratificar esta discrepância salarial, a empresa Employer, especializada em Recursos Humanos, divulgou dados que mostram que o Brasil continua com altos índices de desigualdade salarial por gênero. Para endossar tal constatação, entre os meses de janeiro e fevereiro do corrente ano, numa relação das vinte funções mais procuradas por mulheres no mercado formal brasileiro, é possível localizar estas diferenças exorbitantes, conforme quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Diferença salarial por funções entre homens e mulheres

Funções	Currículos	Salários		Diferença
		Homens	Mulheres	
Auxiliar administrativo	73.395	R\$ 1.492,80	R\$ 1.388,09	- 7,0 %
Vendedor	46.625	R\$ 2.380,27	R\$ 2.052, 42	- 13,8 %
Operador de Caixa	48.259	R\$ 1.246,49	R\$ 1.170,74	- 6,1%
Recepcionista	40.363	R\$ 1.281, 38	R\$ 1.188,85	- 7,2%
Atendente	38.787	R\$ 1.228,58	R\$ 1.143,55	- 6,9%
Balconista	27.613	R\$ 1.602,86	R\$ 1.412,03	- 11,9%
Secretária	23.727	R\$1.340,16	R\$1.277,57	- 4,7%
Assistente administrativo	20.749	R\$ 1.806,79	R\$ 1.724,14	- 4,7%
Auxiliar de produção	19.734	R\$ 1.285,20	R\$ 1.147,41	-10,7 %
Auxiliar de escritório	16.496	R\$ 1.283,32	R\$1.219,81	- 5,0 %
Auxiliar de serviços gerais	13.772	R\$ 1.169,45	R\$ 1.062,45	- 9,1%
Operadora de telemarketing	13.308	R\$ 1.242,47	R\$ 1.182,67	- 4,8%
Técnico em enfermagem	9.505	R\$ 2.658,35	R\$ 2.365,63	-11%
Professor	8.725	R\$ 2.674,49	R\$ 2. 150,67	-19,6%

Atendente comercial	8.111	R\$ 1.461,29	R\$ 1.413,50	-3,3%
Doméstica	7.744	R\$ 1.164,64	R\$ 1.186,15	1,8%
Promotor de vendas	7.440	R\$ 1.373,63	R\$ 1.226,92	-10,7%
Auxiliar de limpeza	6.628	R\$ 1.126,91	R\$ 1.063,34	- 5,6%
Auxiliar de cozinha	6.566	R\$ 1.222,66	R\$ 1.110,85	- 9,1%
Costureira	5.893	R\$ 1.300,97	R\$ 1.229,18	- 5,5%

Fonte: Salário BR (2016).

Os sinais da desvalorização do trabalho feminino manifestam-se na desigualdade salarial entre homens e mulheres, presentes nas sociedades desde tempos antigos, sendo reconfigurados em cada época. Tais percepções foram expressas no quadro 1, ainda que sejam em profissões definidas como sendo femininas, constatando-se maior discrepância na profissão de professor, em que a redução é de - 19, 6% no salário da mulher em relação ao do homem. A única profissão na qual a mulher tem um ganho salarial maior que o do homem é a de doméstica, ainda assim, é ínfimo: 1,8% a esse respeito Hirata acrescenta,

A divisão sexual do trabalho doméstico, com gratuidade do exercício desse trabalho pelas mulheres, funda e legítima socialmente as disparidades de salários citadas anteriormente. Assim, a divisão sexual do trabalho se situa no centro dessas desigualdades de estatuto e salário. Pode-se, além disso, ressaltar que essas desigualdades são reforçadas pela representação do trabalho masculino como sendo de valor superior ao trabalho e das “qualidades” femininas. Hirata (1999, p. 17-18).

Logo, uma das maiores lutas das economistas feministas é a reconceitualização dos paradigmas e métodos da economia neoclássica, que defendem um novo conceito capaz de compreender e contribuir no enfrentamento dos problemas econômicos atuais, segundo a professora de economia feminista, Diana Strassmann (2002). Visto que os homens são muitos, e em maiores proporções numa perspectiva feminista, isso levou Mézáros (2002), por exemplo, a denominar o feminismo como o “calcanhar de Aquiles do capital”. Assim, algumas ponderações, com foco no pensamento econômico feminista, podem contribuir na construção de uma outra prática, a economia feminista.

Então considerando que todas as ações voltadas às catadoras e catadores são executadas pela SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária, há uma necessidade de mencionar algumas questões relativas a esses aspectos. Conforme Moreira (2012), o SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária, criado em

2003, na SENAES, publicou, em 2007, uma pesquisa que dava conta da existência de um maior número de homens do que de mulheres nas cooperativas.

Segundo os dados do IBGE, no Brasil existiam na época 1.057.114 de homens contra 630.382 mulheres nas cooperativas, o que gerou muitos debates e forçou a criação do Grupo e Trabalho Gênero no FBES, em 2008, quando essas mulheres lançaram a seguinte carta em protesto:

Nós, mulheres que somos a grande maioria na economia solidária, que participamos do movimento de mulheres, do movimento feminista, do movimento agroecológico, da luta pela terra, pela reforma urbana e rural, trabalhadoras da economia solidária do campo e da cidade, negras, índias, extrativistas, brancas, jovens, lésbicas, de todas as crenças e de todas as regiões desse país [...] Nós, mulheres que contribuimos com a construção de uma nova sociedade com igualdade e justiça para todas as mulheres e homens, que somos responsáveis pela produção e reprodução da vida, e pela soberania alimentar e conservação da biodiversidade do planeta [...] Queremos registrar a nossa indignação pela invisibilidade das mulheres no documento base da IV Plenária, pela inteira ausência das nossas falas, questões e propostas vindas dos nossos estados e territórios. Reafirmamos um espaço próprio de auto-organização das mulheres enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos fóruns, municipais, estaduais e regionais (LUZIÂNIA, 2008 – FBES. ORG. BR).

Moreira (2012) reitera que as mulheres ativas no Movimento de Economia Solidária no Brasil não eram incluídas com suas sugestões nos resumos que saíam das plenárias estaduais e, quando chegava o documento final para se discutir nas plenárias nacionais, na primeira, na segunda e na terceira, não havia nada sobre as mulheres. Ou seja, mantinham atividades intensas, trabalhavam para o sucesso do movimento, mas eram excluídas.

O GT foi implementado apenas em 2009 e 2010; a mobilização e os recursos foram conquistados da Casa da Mulher do Nordeste, porém, o FBES não destinou recursos para este fim. Quando assumiu a Secretaria de Economia Solidária, Paul Singer (1932 aos dias atuais), respondeu à equipe do Consulado da Mulher (Fundação da Rede Consul para Fomento de Geração de Renda), ao ser questionado sobre os dados:

Nós temos um mapeamento da economia solidária no Brasil, realizado em 2007. Verificamos uma presença majoritária de homens. É uma surpresa, porque toda experiência mostra que a presença feminina é geralmente muito maior. Mais na cidade. Agora no campo é o oposto. A agricultura e o extrativismo são atividades feitas por uma maioria de homens. E a economia solidária tem uma presença naturalmente forte no campo, já que os 44% dos 22.000 empreendimentos mapeados é só na área rural. Mas, há um erro aí: no campo, a mulher é 'escondida'. Na hora de prestar as informações, aparece o homem como chefe de família, falando pela família inteira. Então, provavelmente, o número de mulheres que trabalham e produzem é muito maior (SINGER, 2009).

O movimento feminista, em nível mundial, levantou olhares para a Economia Feminista e um dos frutos é a *Association for Feminist Economics*, formada por acadêmicas em diversas universidades do mundo, principalmente dos EUA, que publica, três vezes ao ano, a revista *Feminist Economics* com ensaios e artigos sobre o tema. Em novembro de 2001, foi criada, a Rede Economia e Feminismo - REF, dentro da realidade brasileira, que entre suas metas busca difundir a economia feminista como ferramenta de análise da situação das mulheres brasileiras.

São perceptíveis as estreitas relações entre trabalho e economia, Antunes (1995) explica que, embora seja “ineliminável” da própria condição humana, o trabalho não é um objeto natural, mas uma ação essencial para estabelecer as relações entre o homem e a natureza e entre as sociedades e a natureza.

Para o sociólogo Robert Castel (1998), o trabalho é uma referência psicológica, cultural, econômica, simbolicamente dominante, uma base da cidadania numa dimensão econômica e social, “é o ponto médio onde se constroem direitos e deveres” (p. 581). Para Marx (2004), o ser humano se diferencia dos animais apenas por ser capaz de produzir sua vida material, pela expressão do trabalho, este é condição de liberdade ou de alienação e define a própria condição de ser humano.

Já Hanna Arendt (2004) distingue ação, trabalho e labor, provocando um rompimento com o conceito de trabalho dignificante e criativo. Para Arendt (2004), a ação é a própria manifestação da vida, com desdobramentos inesperados, enquanto o ato em si revela a singularidade do sujeito. O trabalho está associado às mãos e à produção de objetos que irão ocupar um lugar no mundo. Este trabalho tem um começo, um meio e um fim determinados e marca a relação do homem com a natureza. O *labor* traz a conotação de dor e atribulação, marcadas pelas atividades voltadas para a manutenção da vida e sobrevivência da espécie. A autora também deixa explícito que a sociedade moderna sustenta-se na exploração do trabalho menos qualificado, uma característica do *labor*.

No que tange às questões do trabalho sistematizado das mulheres catadoras de materiais recicláveis, suas bases de organização trabalhistas são as cooperativas e associações. Embora seus primeiros passos datem da transição século XVIII para o XIX, com a redução das atividades dos artesãos, em decorrência da chegada da máquina a vapor, as primeiras cooperativas surgiram na Grã-Bretanha, espalhando-se pelo mundo. Esse modelo de economia ganhou força a partir dos anos 1970, com a outra crise no modelo de sociedades capitalistas. Na América Latina, uma

referência na área é o pesquisador chileno Luis Razeto (1945 aos dias atuais), cuja obra traduzida foi divulgada no Brasil em 1993, com o título: *Economia de solidariedade e organização popular*, na qual esse autor assim define o conceito de economia de solidariedade:

[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas -... -, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas (RAZETO, 1993, p.40).

Quanto ao pesquisador brasileiro, Paul Singer (1998), ele considera o movimento da Economia Solidária como “um interstício no modo de produção capitalista”. Assim sendo, os sindicatos, movimentos populares e outras organizações democráticas deveriam ocupar um espaço no interior de uma formação social complexa, convivendo com modos de produção pré-capitalistas, capitalistas e pós-capitalistas. Conforme destaca o autor:

Economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho; ela casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com o princípio de socialização destes meios; nesse sentido, o modo solidário de produção e distribuição se constitui uma síntese que supera a pequena produção de mercadorias e o capitalismo (SINGER, 2000, p. 13).

Numa definição mais concisa, a economia solidária “é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital” (SINGER, 1998, p. 11). Por isto, esse modelo de economia é fortalecido na década de 1980, como resposta à exclusão econômica de trabalhadores e trabalhadoras. Nos últimos dez anos do século XX, Somada a outras lutas populares, busca um caráter independente; na década de 2000, e ganha força política com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária e Classificação Nacional de Atividades Econômicas.

Dados do Censo de 2010 revelaram que as mulheres são maioria na população brasileira. Somos 97.348.809 milhões, enquanto os homens, 93.406.990 milhões. Fatores como: um maior número de mortos do sexo masculino e a maior longevidade justificam os dados; a mesma fonte confirma que as mulheres vivem em média 7,6 anos a mais que os homens. Explicam esses dados, o DATASUS (Ministério da Saúde - 2011) ,segundo o qual 91,4% (47.749) dos 52.260

assassinatos ocorridos no Brasil em 2010, 53,5% eram homens e destes, 27.977 eram jovens entre 15 e 29 anos.

O IBGE aponta que as mulheres tiveram um crescimento de 24%, em uma década, em ocupação no mercado de trabalho. Em 2000, 35,4% das mulheres trabalhavam; dez anos depois esse percentual aumentou para 43,9%. Para Silvan (2011), as mulheres estão ocupando cargos de presidente ou equivalente, vice-presidente, diretora, supervisora e outros cargos hierárquicos de comando.

No que concerne à atividade econômica informal, dados da Organização de Cooperativas Brasileiras (OC 2012) revelam que 52% das pessoas cooperadas são mulheres. Assim,

Grande número de trabalhadores com mais de quarenta anos ou mais jovens, mas de baixa escolaridade, pode se considerar definitivamente excluído do mercado de trabalho. Por isso, procura ganhar a vida vendendo bens ou serviços produzidos por eles mesmos ou por pessoas de suas famílias. Em função do seu grande número, os ganhos obtidos assim tendem a ser irrisórios. A ideia de se juntar e organizar uma atividade econômica coletiva, à base de participação igualitária nas decisões e no capital não era conhecida e usual à grande maioria dos sem trabalho (SINGER, 2000, p. 26).

No Brasil, atualmente existem múltiplas experiências de microcrédito, tanto através dos Bancos Populares e Solidários como por alguns programas federais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o PRONAF Mulher desenvolvido através do Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES. As solicitações podem ser feitas a pequenas quantias de empréstimos (de R\$ 100,00 a R\$ 3.000,00) a baixos juros anuais. Melo (2012, p. 249) diz que,

O acesso ao crédito pode significar para a mulher agricultora, o reconhecimento social da sua capacidade de gerar renda e de contribuir para o bem-estar da família, repercute na sua autoestima e contribui para o empoderamento da mulher nas diferentes perspectivas social, econômica e política.

O crédito às mulheres é de certa maneira uma forma de inclusão. Para a professora Iraildes Torres (2005), na economia solidária, homens e mulheres são sujeitos de cidadania. A PNAD/IBGE (2008) mostra que no Brasil, embora as mulheres tenham menor participação em associação, cooperativismo e sindicalismo do que os homens, elas dobraram sua participação nessa modalidade de trabalho, no período de 1992 a 2006. Para o jornalista Denilson Silvan (2011 p. 32), isso demonstra que,

Com essa ascensão, é possível que as mulheres consolidem o processo de valorização dos papéis sociais femininos, já iniciado qual assume uma perspectiva de afirmação da cidadania num contexto mais amplo, o de reconstrução e ressignificação identitária coletiva”, ainda que no geral, as condições de inclusão social e as garantias constitucionais “ainda se encontre pela metade do processo.

A economia solidária está na linha de atuação do programa Pró- Catador, como inclusão produtiva, daí o motivo de atuarem nos formatos de cooperativas, associações, e o ponto central sobre o trabalho dessas mulheres são seus impactos na economia. A empresa Usimeca, ao fazer propaganda de seu “coletor-compactador Gar-Wood” em 1975, ressaltava:

Você pode não estar perdendo dinheiro, mas certamente está há muito tempo deixando de ganhar, na coleta de lixo. Já é hora de você lucrar, coloque na sua empresa um Gar-Wood/ Usimeca. É rápido, potente, funcional, compacto e econômico (Limpeza pública, p. 35).

Trata-se de um coletor compactador para fazer a coleta de lixo. A frase chamariz do cartaz é: “não desperdice o que dá lucro” (*REVISTA LIMPEZA PÚBLICA*, n.2, jun. 1975) Ainda sobre os lucros dos resíduos sólidos, foi exposto:

Note-se que nos dias de hoje, os catadores e catadoras são os principais sujeitos do processo de reciclagem no Brasil, pois, estima-se que os mesmos contribuam com 90% de todo o material que alimenta a indústria de reciclagem. No entanto, eles continuam submetidos às relações de trabalho que representam o paradoxo de uma atividade econômica altamente lucrativa, mas que torna, no entanto, precário o trabalho humano, reproduzindo relações de exploração que há tempos eram tidas como superadas na história do trabalho (OLIVEIRA, 2010, p.69).

Nos dizeres da socióloga Mary Mendes (2002), a situação de precarização das mulheres em relação ao trabalho está associada às condições de pobreza em que vivem e que por sua vez têm relação direta com a baixa escolarização e qualificação. Nessa conjuntura, a educação possui um papel fundamental quanto à inserção e ascensão da mulher no mercado de trabalho, uma vez que “um dos fatores que afetam mais significativamente a natureza e a qualidade da participação das mulheres no mercado de trabalho é o seu acesso à educação” (PNUD, 2011, p. 29).

Ademais, a crise estrutural do capital fez diminuir os números de ocupação e emprego de grandes parcelas das trabalhadoras e trabalhadores. Com a queda vertiginosa, do novo padrão de acumulação, ocorrem mudanças de ordem industrial, tecnológica e nas relações sociais, pautadas na especulação financeira e na mundialização do capital. Desse modo,

De um período de inclusão de novos segmentos de trabalhadores no mercado de trabalho urbano passa-se a um processo de exclusão via desemprego e oferta de ocupações a descoberto dos padrões de proteção legal e previdenciária vigentes – assalariamento desregulamentado, trabalho por conta própria ou autoemprego. Os efeitos nocivos desse processo recaem, de forma especial, sobre a mão-de-obra feminina, ampliando sua participação no contingente de trabalhadores desempregados e nas formas precarizadas de ocupação (PNUD 2011, p.32).

Diante disso, vale salientar as implicações nocivas da crise do trabalho assalariado recaem sobre as mulheres, na medida em que são a maioria nas chefias das famílias brasileiras e precisam buscar o sustento das suas famílias. De acordo com dados do IBGE, divulgados em dezembro de 2015, 67%, ou seja, 11.400.000 mulheres passaram a chefiar lares entre os anos de 2004 e 2014, com renda média de R\$ 1.763, 00. A pesquisa aponta uma perda de R\$ 530, 00 em relação aos ganhos salariais formais masculinos.

A partir da filosofia seguida pelos empresários, Hirata (2002, p.181), em seus estudos, ressalta que por ocasião de crise, o público-alvo afetado pelas demissões são principalmente as mulheres e, em seguida, os homens solteiros e sem filhos, haja vista que sob os olhares da gestão patriarcal o homem casado e pai precisa continuar no emprego para dar continuidade aos provimentos do lar. Esta lógica torna-se sobremaneira unilateral e simplista perante novos modelos familiares.

A preferência às demissões dos solteiros foi estabelecida pela gerência em termos do acréscimo das necessidades dos operários com uma família e conservar a responsabilidade social da empresa no reconhecimento dessas necessidades. Para HIRATA (2002), a elevada taxa de estabilidade dos homens com filhos deve-se, em parte, ao fato de os operários com filho serem mais velhos do que aqueles sem filhos e ao fato de a política de promoção na empresa fazer com que os mais velhos sejam, também, os mais qualificados.

Portanto, o homem obtém a garantia da sua posição no mundo do trabalho por conta da sua condição familiar, ou seja, por ser responsável por suprir as necessidades da família e tem com isso garantida uma relativa “proteção” nos momentos de desemprego.

Considerando os diversos estudos efetivados acerca da mulher no mercado de trabalho, fica claro que as mulheres ocupam em sua maioria o setor terciário (serviços), enquanto os setores secundários (indústria) e primário (agricultura) são, em superioridade, ocupados pela força de trabalho masculina. Os homens e as

mulheres são divididos por setor de atividade (indústria, serviços, etc.), pela qualificação e pelo trabalho efetuado. Ainda que ambos exerçam a mesma atividade, embora como trabalhadores não qualificados na indústria, por exemplo, dificilmente exercem o mesmo tipo de serviço e não são facilmente equipotentes (HIRATA, 2002).

Hirata (2002) afirma que o trabalho feminino está caracterizado “[...] por uma instabilidade, uma rotatividade elevada e taxas de desemprego proporcionalmente maiores” (p.176). A partir desta ideia, conclui-se que no Brasil a mulher mantém seu emprego, todavia com marcas de precarização e deterioração das condições de trabalho.

Dente as circunstâncias que levam as mulheres a tornarem-se catadoras de materiais recicláveis, encontra-se acima de tudo, a busca pela sobrevivência, ainda que seja em condições de trabalho precárias e rendas ínfimas. Estas questões perpassam as relações de gênero e a busca por cidadania. Conforme (COSTA, 1999) as mulheres não devem se tornar homens para conseguirem igualdade; para isto têm que absorver e incorporar as diferenças. Precisamos continuar na busca por uma democracia radical, pluralista, que entenda a cidadania como uma forma de identidade política que garanta a liberdade e igualdade para todos.

2. 3 O reconhecimento da ocupação de catadoras e catadores

Com a aprovação da Lei que instituiu a PNRS, as catadoras ganharam visibilidade em pesquisas, como as reivindicações trabalhistas, mas essa ocupação só agora reconhecida, não é fruto apenas da modernidade. Na Roma antiga, as pessoas chamadas *canicola buscavam* coisas ainda úteis nos locais em que desembocavam as cloacas, segundo o estudioso Emílio Eigenheer (2011). Em Londres, a partir de 1666, foi organizado um serviço de limpeza de ruas: sorteavam-se entre os cidadãos aqueles que, mediante juramento, responsabilizavam-se pela conservação de áreas da cidade. Eram chamados *scavengers*.

A limpeza, na Europa, esteve frequentemente subordinada ao carrasco da cidade e aos seus auxiliares. A ajuda de prisioneiros e prostitutas era também comum. Segundo Eigenheer (2011), em 1624, em Berlim, passou-se a empregar prostitutas para a limpeza das ruas com o argumento de que “usavam mais as ruas do que os outros cidadãos”.

Dava-se continuidade a uma prática que, no caso de prisioneiros, estende-se pelo menos até o século XX. Tais informações se impõem para melhor compreendermos as origens das representações distorcidas e, por conseguinte, negativas relacionadas ao trabalho com lixo suas trabalhadoras e seus trabalhadores.

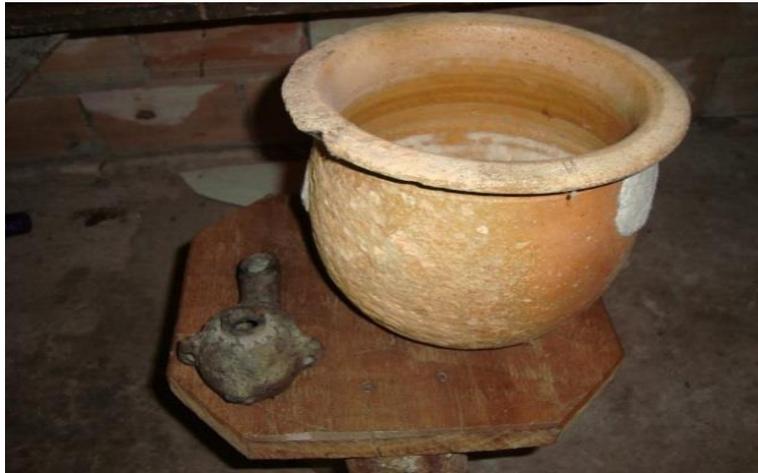
No século XIX, as catadoras e catadores eram conhecidos na Europa por trapeiros, e então, vários, intelectuais de outras épocas se debruçaram nesta questão, por se preocuparem com as condições de trabalho, com a miséria humana que é semelhante à da atualidade. O filósofo alemão, Walter Benjamin, quando escreveu sobre a boemia no século XIX, lembrou-se daqueles que na atualidade são denominados catadores. Vejamos:

Maior número de trapeiros surgiu nas cidades desde que, graças aos novos métodos industriais, os rejeitos ganharam certo valor. Trabalhavam para intermediários e representavam uma espécie de indústria caseira situada na rua. O trapeiro fascinava a sua época. Encantados, os olhares dos primeiros investigadores do pauperismo nele se fixaram com a pergunta muda: "Onde seria alcançado o limite da miséria humana?" Frégier lhe dedica seis páginas do seu *As Classes Perigosas da População*. Le Play fornece para o período de 1849 a 1850, presumivelmente aquele em que nasceu o poema de Baudelaire, o orçamento de um trapeiro parisiense dependente. Naturalmente, o trapeiro não pode ser incluído na boemia. Mas, desde o literato até o conspirador profissional, cada um que pertencesse à boemia podia reencontrar no trapeiro um pedaço de si mesmo. Cada um deles se encontrava, num protesto mais ou menos surdo contra a sociedade, diante de um amanhã mais ou menos precário. Em boa hora, podia simpatizar com aqueles que abalavam os alicerces dessa sociedade. O trapeiro não está sozinho no seu sonho. Acompanham-no camaradas; também à sua volta há o cheiro de barris, e ele também encanecia em batalhas (BENJAMIN, 1997, p.16).

Segundo Gonçalves (2005), embora a produção de resíduos tenha sua historicidade desde que a humanidade passou a se agrupar, nas sociedades industrializadas e ditas modernas, a produção desses resíduos aumenta vertiginosamente, impulsionada pela lógica consumista e pelos hábitos de desperdício.

Nos cuidados com o lixo, no Brasil, os escravos conhecidos como "tigres" ou "cabungos", transportavam as imundícies das casas. O responsável por esta tarefa era sempre aquele de menor valor dentre os serviçais do seu senhor, como ressaltam os estudos de Eigenheer (2011).

Figura 1 - Cabungo



Fonte: Associação Quilombola África Laranjituba.

A Figura 1 é um cabungo⁴, nome que alguns escravos receberam. Como vemos, uma analogia entre pessoas e objetos, para fortalecer a ideia de afastamento, indesejável (SOUZA, 2007). Certamente, este é um dos fios condutores do desprestígio, da exclusão social, da desvalorização econômica dada a esta função, hoje denominada: catador e catadora de materiais recicláveis.

O professor e pintor Jean Baptiste Debret (1768- 1848), ao descrever com riquezas de detalhe, um vaso de barro manuseado pelo negro, atribui uma dupla função “vergonhosa”: para o vaso e para o negro, descrevendo- o assim:

[...] recipiente de barro cozido e de forma oblonga, tem mais o caráter indígena. É, em geral, de três palmos de altura. Suas funções vergonhosas fazem com que esteja sempre escondido num canto do jardim ou de pequeno pátio contíguo à casa, colocado atrás de uma cerca de trepadeiras ou simplesmente escondido por duas ou três tábuas apoiadas ao muro. Nas casas mais ricas, ele se dissimula sob um assento de madeira móvel. E, nesse esconderijo, aguarda a hora da Ave Maria para, molemente balançando à cabeça do negro encarregado desse serviço, ser esvaziado numa das praias. Antes da partida é previamente coroado por uma pequena tábua ou uma enorme folha de couve, tampa improvisada que se supõe suficiente para evitar o mau cheiro exalado durante o trajeto. Esse despejo infecta todas as noites, das 7 às 8 e meia, todas as ruas próximas do mar e às 22 nas quais se verifica uma enorme procissão de negros carregando esse triste fardo e que espalham num instante todos os transeuntes distraidamente colocados no caminho (DEBRET, 1861, p. 133).

O texto de Debret (1861) leva-nos a pensar nas condições de trabalho sub-humanas, daquelas pessoas e de seus pares, em outras ocupações não públicas, como as escravas na casa-grande.

⁴ É o nome dado ao recipiente de madeira utilizado para transportar materiais fecais.

Em São Luís, os “tigres” eram os escravos personagens incomuns considerados o “mal cheiroso”. Seu instrumento de trabalho era uma espécie de vaso, onde eram depositadas matérias fecais e outras sujeiras, posteriormente despejadas por eles em vias públicas. Os habitantes, constantemente, denunciavam essas práticas aos fiscais. O escritor Domingos Vieira Filho, em sua coluna no jornal Correio da Semana, 1953, 25 agosto, escreveu: “pede-se ao Sr. fiscais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição que dê um passeio até a Rua do Mocambo, ao desembocar na Praça da Fonte das Pedras, a fim de que ali não sejam lançados tigres noturnos”. Neste mesmo endereço, os moradores não detentores de força escrava lançavam suas imundícies diretamente no hoje conhecido como “beco da Bosta” ou Rua 28 de Setembro.

O cesto de lixo carregado pelos escravos era um cesto típico da região, denominado “cofo” feito da palha do côco babaçu. Na figura 2, a seguir podemos perceber a fragilidade do material, o que certamente provocava vazamento dos dejetos, nos escravos. Já os moradores das áreas mais distantes lançavam esses dejetos no chão vazio, na rua, nos igarapés ou no mar.

Figura 2 – Cofos de palha



Fonte: Dicionário Informal (2015)

A atual ocupação de catadores e catadoras, trabalho dos “cabungos” ou “tigres” daquela época, ainda hoje é portadora da mesma representação, haja vista o jornal Folha de São Paulo, que publicou, em 18 de agosto 1996, o resultado de uma pesquisa para saber as profissões mais rejeitadas pelos brasileiros. Dividida entre

pesquisa espontânea pois aos entrevistados não é apresentada nenhuma sugestão e pesquisa estimulada a partir da relação: entrevistado x entrevistador. Dos entrevistados espontaneamente, 21% rejeitaram a profissão de lixeiro; enquanto na estimulada a rejeição correspondeu a 51%.

Com a mobilização, desde 1999, do MNCMR, a realização do Congresso Latino Americano de Catadores de Materiais Recicláveis e o apoio de várias Organizações Não Governamentais, este trabalho foi reconhecido pela Confederação Brasileira de Ocupações sobre o número 5.192-05, o CMR, e é assim definido:

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança (BRASIL, 2002, p. 805).

Com base na definição acima, a PNRS considera catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis são

As pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010).

Também se faz necessário registrarmos o conceito de reciclagem contido nessa Política:

Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa (BRASIL, 2010).

É possível concluir, então, que materiais recicláveis são aqueles que após sofrerem uma transformação física ou química podem ser reutilizados no mercado, seja sob a forma original, seja como matéria-prima de outros materiais para finalidades diversas.

Portanto, são muitos os riscos desse trabalho, pois as pessoas estão expostas ao calor, à umidade, aos ruídos, à chuva, ao contato com ratos e moscas, ao mau cheiro dos gases, à fumaça, às contaminações de materiais biológicos e químicos. Por estes e por vários outros fatores, esta atividade é considerada insalubre, em último nível, pela Norma Regulamentadora nº 15, de 8 de junho de 1978, (Dispõe sobre atividades e operações insalubres, do Ministério do Trabalho e

Emprego - MTEM, estabelecendo maiores cuidados com os equipamentos de proteção).

Entretanto, as modificações no mundo do trabalho e a convivência com o desemprego das classes subalternas fez surgir, ao longo do tempo, novas atividades de geração de renda.

A ocupação de catadores, antes dos escravos de menor valor comercial, passou ao longo do tempo a ser vista como garantia de renda. Nesse sentido, as representações sociais não são neutras, pois “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam” (CHARTIER, 1990, p.17). Percebemos, assim, que os descasos trabalhistas e a utilização de mão de obra escrava foram transplantados para a ocupação de catadora e catador de materiais recicláveis, representação criada com base nos conceitos de uma sociedade pensada para um homem branco, sexista, urbano e machista.

Na esfera do trabalho, Rodriguez (2002) aponta para o aumento de um dualismo: de um lado coloca uma margem pequena de trabalhadores qualificados e, de outro, um número extremamente maior de trabalhadores não qualificados e envolvidos em trabalhos precários, mal remunerados e temporários, sobretudo no setor informal. Estes últimos, por estarem fora ou precariamente envolvidos na esfera do trabalho, acabam por deparar-se com o fenômeno da invisibilidade social.

Em se tratando dessas disparidades sociais existentes na sociedade atual, o economista Márcio Pochmann (1999), por sua vez, indica o aprofundamento de formas tradicionais de exclusão, como a educacional, o subemprego, os baixos rendimentos e a informalidade, às quais se agregam novas formas de exclusão relativas a desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições e das relações de trabalho.

Ele alerta para o fato de que, se por um lado essas novas formas de exclusão têm se consolidado, por outro, os mecanismos tradicionais de proteção social destinados a enfrentar e a amenizar a exclusão encontram-se bastante comprometidos, principalmente pela articulação dessas trabalhadoras, que, mesmo após a regularização da profissão, ainda estão à margem da sociedade, na busca por melhorias, reivindicando políticas públicas apropriadas.

Nesse contexto de pressões políticas em desfavor dos direitos de cidadania, catadores em geral, mas especialmente as mulheres, ainda têm um extenso

caminho até que consigam a consideração plena de sua condição social. Embora não seja uma atividade recente, esses profissionais ainda não possuem o reconhecimento e a valorização imprescindíveis para o pleno exercício de sua cidadania, e entre as inúmeras reivindicações deste segmento está a luta por melhores condições de trabalho, as quais são degradantes e perigosas. Sem tais condições, este serviço de lidar com os dejetos da sociedade assume uma carga maior de letalidade e adoecimento.

O exercício da catação, segundo Fonseca (2007), é um procedimento de separação de misturas, do tipo "sólido-sólido", em que as substâncias são separadas manualmente, com uma pinça, colher, ou outro objeto auxiliador. É utilizada na separação de grãos bons e ruins de feijão, por exemplo, e, também, na separação dos diferentes tipos de materiais que compõem o lixo: vidro, borracha, plásticos, papel, para serem destinados à reciclagem.

No processo de catação de materiais recicláveis, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos pode contribuir muito no trabalho das catadoras, segundo a PNRS, Art. 3º Inciso XVII, que conceitua:

É conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Para Aquino [et. al.] (2009); Garcia (2005); Medeiros e Macedo (2006), as associações e cooperativas contribuem com a vida útil dos produtos e embalagens, por meio do tratamento adequado dos materiais coletados, fornecimento de matéria-prima secundária para a indústria ou mesmo pela destinação final adequada aos resíduos, consolidando dessa forma, os princípios da Logística Reversa. Esta é um integrante desse processo.

È que uma boa gestão da Logística Reversa reduz custos e pode possibilitar a outros grupos de trabalho gerar renda, sejam as cooperativas, associações, sejam mesmo grupos autônomos, todos extraem, por meio da coleta de materiais, oriundos de pós-consumo ou mesmo pós-venda, o seu próprio sustento e o de suas famílias.

Para o professor de geologia, Paulo Leite (2000), os canais de distribuição reversos, isto é, canais pós-Venda e pós-Consumo, permitem diferentes possibilidades de retorno de uma parcela dos produtos, com pouco ou nenhum uso,

que fluem no sentido inverso, do consumidor ao varejista ou ao fabricante, ou do varejista ao fabricante.

Assim, as empresas motivadas por problemas relacionados à qualidade em geral ou a processos comerciais entre empresas retornam ao ciclo de negócios de alguma maneira, enquanto os canais de pós-vendas são constituídos pelo fluxo reverso de uma parcela de produtos e de materiais constituintes, originados do descarte dos produtos. Após, finalizada sua utilidade original, retornam ao ciclo produtivo de alguma maneira, sendo este canal desmembrado em três subsistemas: os canais reversos de reuso, de remanufatura e de reciclagem.

Para chegar à reciclagem, os materiais fazem um longo percurso nas associações e cooperativas, após o processo de catação que podemos descrever numa visão simplista: recebimento dos materiais; separação de plástico, vidro, papel e borracha; prensagem; enfardamento e acondicionamento. Numa melhor descrição, funciona assim: as catadoras descarregam o caminhão, e os materiais mais comercializados são separados, a saber: papel, papelão, vidro, alumínio, plásticos, aço, jornal, revista, papel-misto, posteriormente armazenados em sacos plásticos reutilizados, vindos do caminhão com os materiais secos e misturados.

Conforme relatam as catadoras entrevistadas, tal método é lento, porém eficaz, representando menor perda, e adicionando maior valor comercial às mercadorias. Além disso, Carmo (2005) salienta que o processo de agregar valor está relacionado ao beneficiamento (pureza dos resíduos), à qualidade dos resíduos, o que reflete no valor comercial dos materiais recicláveis. Pois, quanto maior a quantidade de impurezas ou materiais proibitivos, menor é o valor do material. Portanto, os usos de tecnologias sociais, além de facilitar este trabalho, podem contribuir na agregação de valores.

Outra realidade é que a atividade da catação de materiais recicláveis, envolve praticamente toda a família, quer na seleção dos materiais nas ruas, quer no depósito de armazenamento. Vale ressaltar que entre as catadoras inclui-se, não somente as cooperativadas e associadas, mas também as moradoras de rua; as moradoras que atuam em ocupações irregulares, sem acesso a postos de saúde e escolas.

3 A MULHER CATADORA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO ESPAÇO BRASILEIRO

O trabalho de catação de material reciclável tem se tornado cada vez mais notório em nível: mundial, nacional e local, sobretudo por ser uma atividade que reinsere a matéria-prima secundária na rede de produção e consumo (reciclagem). É uma ação que precisa da articulação entre instituições governamentais e não governamentais e que possui um número significativo de mulheres realizando este trabalho.

Conforme Leal (2010, p. 123),

A inserção das mulheres no ramo da catação se deu pelo desemprego e por falta de oportunidades no mercado de trabalho como fator preponderante, fato que ocasionou a busca por estratégias de sobrevivência.

No decorrer dos tempos e dos trabalhos de catação desenvolvidos isoladamente, as mulheres foram se organizando em cooperativas e associações com grandes habilidades e capacidade, o que conferiu a elas grande poder de liderança e gestão. As lutas e conquistas destas pessoas procuram dar um rosto feminino para esta nova forma de trabalho.

No Brasil, as mulheres alcançaram um maior quantitativo populacional do que os homens em algumas atividades econômicas e em cargos de chefia também. Neste último com destaque para a responsabilidade com a provisão do sustento de suas famílias e liderança em grupos de trabalho, uma das principais razões para a migração de ocupações, como: empregada doméstica, diarista, professora, técnica em enfermagem, para a ocupação de catadora de materiais recicláveis.

Nesta sociedade capitalista, com bases patriarcais, machista e sexista, é considerado produtivo tudo o que gera riqueza e é geralmente exercido pelos homens. Segundo esta perspectiva, as mulheres são as que realizam o trabalho reprodutivo, o cuidado da casa, do marido e dos filhos. Sabemos que os serviços domésticos são um trabalho sem fim, uma vez que as mulheres são as primeiras a acordarem e as últimas a descansarem. Para Hirata e a socióloga Danièle Kergoat (2007), essa assombrosa massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, e esse trabalho é invisível; realizado não para elas mesmas, mas para os outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. Esta é uma maneira patriarcalista de segregar as mulheres em trabalhos desvalorizados no espaço privado e invisibilizá-las na esfera pública.

Para Foucault (1980), o poder se constitui e funciona a partir de outros poderes e por isso se encontra intimamente ligado às relações familiares, sexuais, produtivas e reprodutivas na essência da sociedade; a isso ele denomina micro poder. O poder é multiforme; não são apenas as formas de proibição ou castigo; ele está presente nas instituições, nas classes e nos grupos políticos; o poder não está nunca na exterioridade, porém, cruza os corpos e os produz e reproduz. O poder é uma relação. Se há uma relação, há poder. E esta relação de poder da pessoa homem sobre a pessoa mulher, em todas as dimensões, é uma realidade presente há muitos anos.

Face ao exposto é pertinente assinalar que a exaustão dos modelos taylorista/fordista concebeu mudanças substanciais no mundo do trabalho, por ocasião do advento de um novo padrão sob orientação neoliberal: provocou a precarização e a informalidade nas relações de trabalho, e, em grandes proporções, no trabalho feminino. A professora Elisabeth Souza Lobo (1943-1991) diz que “A subordinação de gênero manifesta-se na divisão sexual do trabalho através das desigualdades de salários e da desqualificação das funções femininas” (SOUZA – LOBO 1991, p.168).

Na análise de Souza-Lobo, entendemos que a divisão sexual do trabalho é, também, uma construção social e histórica. Se é exato que o capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, o formato dessas divisões é construído socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais. Na América Latina, o capitalismo não criou a submissão das mulheres, mas seguramente as relações de produção e reprodução social são também sexuadas e assimétricas, caracterizadas por uma divisão que subordina as mulheres e seus trabalhos (SOUZA- LOBO 1991).

De tal modo, é possível averiguar a existência de uma precarização do trabalho feminino mais acentuada na América Latina do que nos países europeus, também marcada por forte divisão sexual do trabalho. Além dessa concentração de mulheres exercendo ocupações marcadas pelas piores remunerações, é imprescindível destacar a instabilidade destes, haja vista que na maioria deles se constata a informalidade, a que estão sujeitas as mulheres catadoras de materiais recicláveis.

3.1 O lixo ontem e os resíduos sólidos hoje

Para o historiador Marc Léopold Benjamim Bloch (1997) é importante, o cuidado com a nomenclatura na pesquisa. Assim, inicialmente, neste estudo falamos em lixo, termo até hoje usado, mas oficialmente substituído por Resíduos Sólidos em meados do século XIX. Logo, torna-se pertinente expor as razões da alteração do termo: lixo é comumente definido como “aquilo que se joga fora, após uma limpeza; tudo aquilo que perde o valor e pode ser jogado fora” (AULETE, 2011, p.864). No dicionário Houaiss (2001, p. 313) a palavra lixo tem a seguinte definição:

Qualquer objeto sem valor ou utilidade, detrito oriundo de trabalhos domésticos ou industriais que se joga fora; uso informal ou de forma pejorativa: coisa ordinária, malfeita, feia; pessoas sem qualquer dote moral, físico ou intelectual; a camada mais baixa da sociedade; escória, ralé.

Portanto, a utilização do termo tem um significado pejorativo, mas não foi esta a única razão para falarmos em resíduos. Conforme Eigenheer (2011), na segunda metade do século XIX, com a efervescência da Revolução Industrial, houve mudanças significativas na limpeza urbana, com aspectos técnicos, pois o crescimento populacional, provocou implicações sanitárias e, conseqüentemente urbanas. Foi preciso então distinguir claramente entre lixo (resíduos sólidos) e águas servidas (urina, fezes diluídas, e outros líquidos- águas apodrecidas), quando estas passam a ser coletadas separadamente, através do esgotamento sanitário.

Para Martins e Martins (1997), esses avanços se deram principalmente pelo surgimento da teoria *microbiana das doenças*, que provocou transformações na saúde pública. Com maior importância dada a qualidade da água, surgiu a necessidade de separar esgoto de resíduos sólidos.

Dessa maneira, embora predomine até meados dos anos 50 do século passado um discurso sanitarista, as tradicionais maneiras de tratamento de resíduos foram e continuam sendo aperfeiçoadas, conforme veremos no decorrer deste estudo.

Para a pedagoga Isabel Zaneti (2003), a expressão resíduo, traz mudanças na relação das pessoas com os materiais descartados, diferente de lixo, com um significado depreciativo.

Apresentamos, então, dois conceitos de Resíduos Sólidos: o primeiro, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT em sua Norma Brasileira – NBR 10.004, que diz: “resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de

atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviço e de varrição” (ABNT, 2004). Outro conceito, bastante utilizado é este, da Lei n. 12.305/2010-PNRS:

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semi-sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

As mudanças nos significados do termo dizem respeito a luta constante para superar as dificuldades em conviver com o lixo, existentes desde a Pré-História, pois estudos arqueológicos comprovam que, ainda naquele período, havia queima de lixo; as cinzas e os ossos eram depositados em locais específicos como forma de não se ter contato com o mau cheiro.

Em se tratando da sua história, a literatura demarca principalmente os povos gregos e romanos, mas é indispensável num texto que versa sobre categorias e conceitos invisíveis pela sociedade, mencionar alguns povos pouco citados nessas questões. Assim, Eigenheer (2011) nos apresenta algumas colocações sobre os desafios dos cuidados com o lixo da humanidade.

Segundo este autor, entre os povos sumérios, eram seus sacerdotes os responsáveis pela limpeza da cidade; os assírios conheciam toaletes com água corrente, para facilitar a limpeza, e tal prática chegou aos gregos com auxílio dos fenícios. Sobre os hindus, foram encontradas casas de mais de um andar, com tubos de queda que levavam resíduos para grandes cântaros de barro (utilizados também nas ruas); os egípcios foram marcados pela higiene corporal, que exerceu papel importante nos costumes, e, entre os israelitas nômades, havia regras para a manutenção da limpeza dos acampamentos.

Dos povos gregos, a partir da leitura de Eigenheer (2011), tomamos, por exemplo, a cidade de Atenas possuidora de muitos problemas de limpeza e que no ano 320 a.C possuía uma “polícia de rua” – as cinco pessoas chamadas Astynonen, que cuidavam das posturas da cidade (normas e alinhamento das construções, abastecimento de água e limpeza pública). Estas tinham poder sobre seus subordinados os Koprologen, que eram os limpadores de rua e coletores de excrementos. Eles operavam mais nas ruas principais; as demais permaneciam

sujas e mal cuidadas. Estes submissos levavam os dejetos a uma distância mínima de 1.920m fora da cidade, sob a proteção de Hércules.

No contexto romano, encontramos a figura feminina representada pela deusa Cloacina (deusa, das mais antigas, dos canais de escoamento, latrinas e cloacas). A limpeza urbana adotada pelos romanos foi importante para o desenvolvimento da infraestrutura de ruas e estradas, assim como para sua conservação, tornando-se este um aspecto fundamental, ao se discutir limpeza urbana.

Para Eigenheer (2011), um marco da Idade Média foi a criação de ações na saúde pública, para resolverem questões de saneamento; tais ações evitaram maiores calamidades em Veneza e na Alemanha. Assim, a limpeza urbana se inicia em Paris, por exemplo, no final do século XIV; na Holanda, em 1407; e em Londres, em 1666. Todas essas iniciativas foram marcadas por ações de continuidade – descontinuidade.

Do século XVI aos dias atuais, o desafio desses povos tem sido a busca constante por melhores soluções para o problema concernente ao com o lixo, quer com as leis municipais, que obrigavam os parisienses, em 1750, a levar o estrume e o entulho acumulado defronte das residências para fora da cidade, encarregando-se o poder municipal de manter os principais passeios públicos e as pontes em perfeitas condições, quer com a criação das usinas de incineração em Hamburgo, na Alemanha, em 1895 (EIGENHEER, 2011).

O modelo hoje adotado no reaproveitamento realizado por catadores e catadoras segue os mesmos moldes daqueles das usinas de triagem da Romênia, em Bucarest, no ano de 1895. Nessa mesma época surgiu a coleta seletiva nos Estados Unidos, cujo modelo se espalhou pela Europa. Entretanto, a questão da destinação final continuou e continua precária. Surgiram nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, os aterros sanitários, até porque o destino final do lixo eram os rios e o mar.

Desde então, o modelo de sociedade colonizado permitiu à sociedade brasileira, em particular à ludovicense, reproduzir todas as formas de manuseio do lixo realizado na América do Norte e na Europa, a exemplo, o despejo de suas imundícies no mar.

O professor economista Raimundo Palhano (1988) aponta em São Luís- MA várias epidemias e surtos endêmicos, e uma das principais era a varíola, epidemia frequente. Segundo o autor, nos anos de 1695 e 1696, registrou-se ataque de uma

“enfermidade pestilenta”, tendo a Câmara Municipal de São Luís pedido ajuda a Portugal, em decorrência da mortandade de escravos (força motriz da economia daquele período) e de muitos brancos, daí o pedido de socorro. O sarampão, outra epidemia, acometeu violentamente a população desta cidade em maio de 1749. Todos estes problemas de saúde eram tidos como “importados” das províncias do Pará, de Pernambuco e da Bahia, e ocorrências posteriores ampliaram as justificativas desses fatos frequentes (PALHANO, 1988).

A essa época, a oferta de um serviço público essencial para a população era mínima e as facilidades estavam concentradas geográfica e socialmente, levando-nos a entender que as circunstâncias contemporâneas foram apenas reconfiguradas, visto que,

Serviços fundamentais, de enormes repercussões sanitárias para o conjunto da população, como abastecimento de água, estabelecimento de esgotos e a remoção do lixo eram precaríssimos e, ao longo de muitos anos quase inexistentes, recebendo do poder público um atendimento inteiramente secundário (PALHANO, 1988, p. 142).

Uma violenta epidemia de febre amarela, ocorrida em São Luís em 1851, foi originada no centro da cidade, e as causas deste surto foram comprovadas por uma junta médica como sendo “águas estagnadas em várias ruas do centro, mistura de água doce com água salgada, lixo e esterco de animais em todos os lugares” (PALHANO, 1988, p.143). Os problemas de saúde passaram a ser vistos como um problema de higienização, fortalecendo o discurso médico sanitário.

Foram notórias as dificuldades ocasionadas pelo lixo naquele período e, se voltarmos um pouco ao tempo e analisarmos o Código de Postura do Município de São Luís de 1842, é possível observarmos os cuidados que os moradores deveriam ter com a limpeza da cidade. No art. 5º artigo do Código está escrito: “Cada morador será obrigado a varrer sua testada todos os sábados, sob pena de ser feita a diligência a sua custa e pagar 500 réis para o conselho por cada falta” (Código de Postura de São Luís, 1842). As normas de condução das atitudes dos moradores, estabelecidas neste documento, eram em sua maioria de caráter punitivo para cidadãos e quase nenhuma responsabilidade para o Estado.

A Lei de nº 289, de 7/12/1850, proibia o lançamento desses resíduos no mar, próximo às fontes de água ou nascentes. Algo inusitado é que em seu artigo 10 apontava punições com aplicação de multas aos moradores que despejassem imundícies fora do horário entre 22h e 3h da madrugada. Presumimos que o

necessário seria uma maior e melhor eficiência do poder público na prestação deste serviço à comunidade.

Esta responsabilização aos moradores tinha como “pano” de fundo os baixos orçamentos destinados a este setor. Em 1882, era destinado à limpeza da capital cerca de um conto de réis. Este recurso foi retirado dos vinte contos de reis destinados ao calçamento das Ruas do Passeio, Santana e da Paz (PALHANO, 1988). Considerando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1893, que assinalava uma população de 29.308 habitantes, este valor era ínfimo. A área a ser pavimentada era local de moradia dos representantes das elites locais, para quem a pavimentação era priorizada, em detrimento das ações de limpeza pública.

Várias leis municipais foram sancionadas, a fim de resolver este problema, mas havia uma política de higienização em todo o país durante a primeira República. Por isso na gestão do Vice-Governador Alexandre Colares Moreira Junior (no período de 19 /11/1902 a 8 /11/ 1904, e de 4/1/ 1905 a 1 / 1906), foi lançado o Código Sanitário do Estado em 1904. A partir de então, o Estado teria posicionamento mais efetivo em termos de medidas para melhorar a saúde pública.

No que concerne à limpeza pública, o Art. 16 desse código determinava o transporte do lixo e da lama em carros fechados; o art. 19 proibia, dentro da zona urbana, terrenos para o depósito de lixo. Subtendemos que este terreno posteriormente se transforma nos lixões. O art. 23 estabelecia o horário entre 23h e 5h para se varrerem as ruas. O mesmo artigo estabelecia às 9h como horário limite para coleta do lixo das residências. Aquilo que hoje defendemos como reciclagem, o Código, em seu art. 20, sistematizou como incineração do lixo, exceto daquele material que alguém quisesse reutilizar para papel. Para tanto, era necessária a doação ao Estado e a desinfecção dos objetos catados. Procedimento semelhante é realizado hoje, através da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em 1926 foram publicados muitos decretos, portarias e editais regulamentando a limpeza pública. O jornal “Pacotilha”, na edição de 10/8/1926, publicou matéria sobre as péssimas condições das ruas, destacando os mesmos problemas da primeira metade do século anterior, assim se expressando:

Na cidade toda, principalmente nos bairros mais afastados, [...] as ruas apresentam aspectos profundamente desolador, contrastando flagrantemente, com os nossos foros de centro civilizado. Não nos referimos aqui somente ao seu mau estado material. Aos defeitos do seu calçamento,

sensivelmente estragado; de altos e baixos de que se acham cheias, mas, sobretudo, á clamorosa falta de higiene de que ressentem quase todas, devido à estagnação da água das sarjetas e ao acúmulo de lixo à margem dos passeios, exalando dia e noite, gases pútridos que incomodam os transeuntes, com sua intolerável fedentina e representam um foco perigoso de micróbios de todas as múltiplas infecções endêmicas de que se acham neste momento assaltada a nossa cidade (PALHANO, 1988, p.279).

Durante toda a primeira metade do século XX, São Luís continuou a sofrer com o problema do lixo, tanto que o jornal “Correio da Semana” trouxe na edição do dia 23 de agosto de 1953, como chamada de capa “Deficiente a limpeza pública da cidade: urubus devoram carniças nas praças e infestam o mercado público”. A reportagem chamava atenção para a quantidade de lixo nas praças e a quantidade de urubus a frequentar estes espaços, que deveriam ser espaços de lazer. Conteúdo similar àqueles do final do século XIX.

O período entre 1960 e 1970 é marcado por fatos importantes na história dos resíduos; primeiro, pelo lançamento do livro “Quarto de despejo”, de Carolina Maria de Jesus, mulher catadora de papel, moradora da periferia de São Paulo.

Na obra , a autora conta a sua história de vida, a luta de uma mulher pela sobrevivência, na vanguarda do seu tempo e que jamais se resignou às condições impostas pela classe social à qual pertencia; tornou visível em suas narrativas , para mais de 40 países, em treze idiomas diferentes , as péssimas condições de vida de uma catadora e dos excluídos da sociedade .A essa época, surgiram os sacos de polietileno para colocar o lixo, substituindo as latas de lixo, que em um determinado período representaram a civilidade, modernidade e higiene, as quais com a novidade, foram consideradas sinais de atraso e falta de higiene, segundo a historiadora Rozana Miziara (2008).

Na década de 1980, teve início em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, a coleta seletiva, era a inauguração de novos tempos nos cuidados com os resíduos no Brasil. Nos últimos 30 anos, a produção de embalagens e produtos descartáveis cresceu expressivamente. Nesse período as catadoras e catadores se organizaram em associações, cooperativas, e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis surgiram como uma organização de articulação nacional, para reivindicar melhorias trabalhistas. Em São Luís, a primeira associação de catadores data do ano de 2004, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Maranhão - ASCAMAR.

Somente na primeira década deste século XXI, a população do Brasil aumentou 9,65%, período em que a produção de resíduos cresceu 21% (IBGE, 2013), reflexo de uma sociedade cada vez mais consumista, onde o poder de compra do cidadão também aumentou. A soma disso tudo está na quantidade de resíduos. Segundo a ABRELPE (2013), entre os anos de 2003 a 2012, a geração de lixo por pessoa aumentou de 955g por dia para 1.223 kg; os problemas da limpeza se multiplicaram junto a tudo isso, o que deu origem à luta por uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010. Isso representou um avanço, na lógica da legislação, mas com muitos entraves na implementação.

3.2 A Política Nacional de resíduos sólidos

A Política Nacional é entendida na definição de Aulete (2011, p. 213) como um “conjunto de fatos, processos, conceitos, instituições, que envolvem e regem a sociedade, o Estado e suas instituições”. Nesse sentido, o princípio de um “Estado em ação”, instituindo políticas específicas para a gestão dos resíduos, data da metade do século passado, no cenário mundial. Ações específicas tiveram início, a partir de 1970, com o aumento exacerbado da economia e os sinais de desequilíbrios ambientais. Os Estados Unidos instituíram a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos - USEPA; posteriormente, em 1980, criaram o Super Fundo Ambiental, com o objetivo de defender a reciclagem e enfrentar os problemas dos lixões. Na Alemanha, modelo mundial na gestão dos resíduos, desde 1972, existe um cuidado no reaproveitamento dos resíduos. Em 1991, passou a vigorar a “Portaria da embalagem” e este documento responsabiliza a indústria pelo descarte das embalagens dos produtos, com dois modelos de recolhimento de materiais recicláveis adotados: coleta seletiva feita diariamente nos estabelecimentos comerciais e nas residências e a entrega pelo cidadão nos pontos de coleta (ETHOS, 2012).

Ainda sobre o sistema de reciclagem na Europa, Weidemann (1999) e Martins (2002) acrescentam que com a criação da União Europeia - EU no ano de 1991, novas tecnologias foram integradas para conter a proliferação dos lixões. Para tanto, foi bastante difundida a prática do reembolso pela devolução das embalagens. Por exemplo, o consumidor, que devolve garrafas PET ou leva seu vasilhame, é recompensado com descontos. Existem outras iniciativas como: a PRO Europe, uma organização de recuperação de embalagem. Com ela foi criada uma marca “Ponto

verde”, na qual as indústrias de vinte e sete países do Velho Continente a adotam. Ela lembra a contribuição destinada para a reutilização, triagem e reciclagem das embalagens. Os resultados são positivos, devido ao sistema de socialização de experiências entre trinta e quatro sistemas; a colaboração de cento e setenta mil empresas; e quatrocentos milhões de habitantes são beneficiados pelo sistema de coleta seletiva dessa organização⁵.

No Brasil, as discussões sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS vem ocorrendo há pouco mais de vinte anos, teve início com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, que garante:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Embora a preocupação seja o meio ambiente, é importante destacar que os cuidados com os RS, são antes de tudo, um problema ambiental e, conseqüentemente, de saúde pública. Nesse Artigo é explícita a responsabilidade do poder público no cuidado com o meio ambiente, competências reiteradas no artigo 23, ao afirmar que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, são responsáveis por “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”.

Com a implementação da CF de 1988, passos significativos foram dados, mesmo antes da PNRS, através de outras legislações federal com o objetivo de sistematizar novas condutas na gestão dos resíduos, como destacamos a seguir:

- Lei nº. 9.605/98, que dispõe sobre o Código Penal Ambiental, e seu artigo 56 é referida na PNRS: Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. Complementada pelos seus parágrafos e incisos:

§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:

⁵ Apenas para refletir, em 2009 foram trinta e dois milhões de toneladas de embalagens recolhidas, o que significa muito para o meio ambiente, mas também em ganhos financeiros para estas indústrias.

I - Abandona os produtos ou substâncias referidas no *caput* ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - Manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

- Lei nº. 9.966/00, que destaca a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

- Lei nº. 9.974/00, que altera a Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989, a qual dispõe sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, Comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins;

- Resolução CONAMA nº. 313/2002, que dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais, conjunto de informações sobre geração, características, armazenamento, transporte, tratamento, reutilização, reciclagem, recuperação e disposição final dos resíduos sólidos gerados pelas indústrias do país. Devem compor este inventário as atividades listadas no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA: preparação de couros e fabricação de artefatos de couro; fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool; fabricação de produtos químicos; metalurgia básica; fabricação de produtos de metal; fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática; fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; e fabricação de outros equipamentos de transporte. Poucos Estados aderiram, e o envio de dados não foi padronizado. Toda esta legislação, buscou garantir melhorias às condições ambientais.

Convém registrar que a PNRS, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, iniciou seu debate no ano de 1991, quando o Senado Federal propôs um Projeto de Lei para os resíduos da saúde. Desde então várias outras demandas foram incorporadas, exatamente por conta da pouca abrangência das legislações anteriormente citadas, além de diversas comissões criadas, incontáveis audiências.

Nos dezenove anos de debates registraram-se muitos acontecimentos, dentre os quais, em 1999, merecem destaque as proposições do CONOMA em sua

plenária, através de 259 Diretrizes Técnicas para a Gestão dos Resíduos Sólidos. Embora aprovado, o documento não foi publicado. No mesmo ano, aconteceu o I Encontro Nacional de Catadores de Papel.

Quando completou uma década do início dos debates, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial da Política de Resíduos, com o objetivo de unificar todos os Projetos de Lei relacionados à temática. Por conta do fim da legislatura, no mesmo ano a Comissão foi extinta.

Em 2001, mais precisamente no mês de junho, 1.700 catadores se reuniram em Brasília para o I Congresso Nacional de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis - MNCMR, e durante o evento foi lançada a Carta de Brasília. Nela os trabalhadores e trabalhadoras elencaram necessidades básicas (as quais discutiremos em momento posterior neste texto) e foi iniciada a criação dos Fóruns Estaduais de Lixo e Cidadania, toda essa mobilização contribuiu para a criação do Grupo de Trabalho Interministerial, no âmbito do governo federal, resultando no Programa de Resíduos Sólidos Urbanos.

Em 2003 foi também realizada a I Conferência Nacional de Meio Ambiente, contemplando as discussões sobre os resíduos. A fim de consolidar a participação da sociedade, foram realizados seminários regionais, para formular novas propostas, pois haviam se passado mais de cinco anos, e aquelas do CONOMA estavam defasadas. Dois anos antes da aprovação da proposta vigente, foram realizadas, com o apoio da Confederação Nacional das Indústrias, audiências públicas com setores interessados, como o MNCMR.

Estabeleceram-se princípios e objetivos a serem observados, além de dispositivos a respeito dos instrumentos e diretrizes constantes na Lei nº 12.305/10, que define as responsabilidades dos geradores e do Poder Público, e, ainda, cria obrigações a Estados e Municípios. Acerca dessas responsabilidades, explícitas em princípios, torna-se importante entendermos que, segundo Miguel Reale (2003 p.30),

São enunciações normativas de valor genérico, que condicionam e orientam a compreensão do ordenamento jurídico em sua aplicação e integração ou mesmo para a elaboração de novas normas. Os princípios gerais do Direito são os alicerces do ordenamento jurídico, informando o sistema independentemente de estarem positivados em norma legal.

Assim, princípios, como normas prospectivas, e com pretensão de complementariedade, sua aplicação demanda uma avaliação da correlação entre os estados de coisas a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta necessária à

sua promoção (ÁVILA, 2011). Os princípios contidos na Lei são estes, nos quais constam:

- A prevenção e a precaução;
- O poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- A visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- O desenvolvimento sustentável;
- A ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;
- A cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;
- O direito da sociedade à informação e ao controle social;
- O respeito às diversidades locais e regionais;
- A razoabilidade e a proporcionalidade.

Estes princípios apresentam uma nova visão para os resíduos, o valor econômico, como foco evidente a redução da pobreza: o aumento da renda e a inclusão social, o que conclama a sociedade para um modelo de desenvolvimento de produção e consumos sustentáveis. Uma das ações para ajudar consolidar este novo modelo de gestão de resíduos, até então inédito no Brasil, foi instituída por meio do Programa Pró- Catador, pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, com o objetivo de promover e integrar ações voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Nesse contexto é importante destacar alguns dos quinze objetivos da PNRS (Anexo 1).

Ao priorizar a aquisição de produtos reciclados e recicláveis pelo governo, abrem-se possibilidades de que a reciclagem de papel seja um negócio

extremamente viável em todos os municípios brasileiros, com pequenos empreendedores. Uma vez organizados para atender as exigências legais, podem ser fornecedores de órgãos públicos, escolas, universidades, centros técnicos, institutos de pesquisa, todos contribuem nesse processo, e o maior agradecido é o meio ambiente.

Outro enfoque da PNRS é a gestão integrada, definida como “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” D’Almeida e Vilhena (2000) complementam que, para o gerenciamento integrado acontecer, as ações articuladas precisam estar baseadas em normas operacionais, financeiras e de planejamento, atendendo critérios econômicos, sanitários e ambientais, desenvolvidos para coletar, segregar, dispor e tratar o lixo urbano.

A PNRS traz entre seus instrumentos a *coleta seletiva*⁶, os sistemas de logística reversa⁷ e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos⁸; todos estes devem estar integrados nos Planos Nacional, Estaduais, Microrregionais e Municipais. A construção desses planos deveria encerrar até 2 de agosto de 2012, segundo a Agência Brasil de Notícias. Dez dias antes do fim do prazo, apenas 47 municípios solicitaram verbas para as atividades de articulação da construção dos planos. Vale destacar que os pedidos não são obrigatórios e, cada Município ou Estado poderia assumir as responsabilidades financeiras.

Na PNRS, foi estipulado um prazo para pôr fim aos lixões, e para a construção de aterros sanitários, mas apenas 40% dos municípios atingiram a meta. Os municípios iniciaram uma luta pela prorrogação do prazo, ação ainda em tramitação. Toda a PNRS, busca um melhor cuidado com o meio ambiente, assim, é

⁶ Trata da coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição.

⁷ Logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

⁸ É um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei.

preciso olhar com “olhos de quem ver” os catadores e as catadoras de materiais recicláveis, e um marco dessa atividade foi o reconhecimento legal desta ocupação.

3.3 A reivindicação de políticas públicas

A política pública, como disciplina acadêmica, nasceu nos EUA, sem relação com as bases teóricas no que concerne ao papel do Estado; o foco dos estudos eram as ações do governo. Na Europa, surgiu como área de conhecimento, cujo desenvolvimento dos estudos é baseado nas teorias explicativas sobre o papel do Estado e conseqüentemente, um dos maiores provedores de políticas públicas é o governo (SOUZA, 2006). Um dos principais pressupostos que fundamentaram e contribuíram para a consolidação dos estudos dessa área de conhecimento é o de que, em democracias estáveis, as ações do governo podem ser formuladas cientificamente e analisadas por pesquisadores independentes.

Por sua vez, as políticas públicas se referem às ações estatais com foco em determinados setores da sociedade, como saúde e educação, por exemplo. São concretizadas por meio de programas, ações e de projetos de amplo alcance, com metas, objetivos e estratégias bem determinadas. Para Peters (1986), a política pública é a totalidade das atividades dos governos, que atuam diretamente ou por meio de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Boneti (2007, p. 74) assim a conceitua:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos.

São atuações do governo em áreas específicas que afetam e influenciam a vida dos cidadãos, visando garantir os direitos sociais.

Em meio às teorias de políticas públicas, seu ciclo busca explicar a influência mútua entre intenções e ações, ao mesmo tempo em que deseja expor a relação entre o ambiente social, político, econômico e o governo. É um ciclo deliberativo, constituído pela adesão de vários estágios, organizando um processo dinâmico e de aprendizagem. Os estágios são os seguintes: definição da agenda, identificação das alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE (2008, p.15) assim os define: “[...] conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...]”. A centralidade de todos os conceitos é o governo, mas é importante destacar os aspectos conflituosos e os limites que cercam as decisões dessa administração; eles não contemplam as possibilidades de cooperação com outras instituições e grupos sociais.

As necessidades da sociedade são apresentadas ao poder público por meio da Sociedade Civil Organizada: sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral, definição dada pelo pluralismo⁹.

Para Hirata (1996, p.54), as mulheres são usadas como força de trabalho “depreciada”, em atividades parciais, cada vez mais precarizadas e insalubres. A autora destaca ainda que (id,1996, p.54-55) “dentre as mudanças recentes no modelo japonês de relações industriais e de organização da empresa, estão: a expansão do trabalho feminino e do emprego de estrangeiros”. Nesse novo cenário econômico, a busca por qualificação profissional tornou-se evidente e necessária, o que levou as mulheres catadoras a reivindicar políticas públicas.

De acordo com o último Censo Demográfico IBGE (2010), 387.910 pessoas se declararam catadoras e catadores em todo o território brasileiro. O Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA, em 2013, apontou um quantitativo entre 400 mil e 600 mil catadoras e catadores, quantitativo crescente em 3 anos.

Nessa perspectiva, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, com o objetivo de encontrar soluções para o problema de famílias inteiras vivendo nos lixões, apoiou a realização do I Encontro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em 2001, mencionado anteriormente. Daquele encontro resultou o Fórum Nacional de Lixo e Cidadania, que teve como objetivos principais: Erradicar o trabalho de catação de materiais recicláveis por crianças e adolescentes; Criar alternativas concretas para integrar os catadores adultos em ambientes de trabalho com condições dignas. Incentivar a mudança de padrão de destinação de resíduos sólidos, na perspectiva de erradicar os lixões existentes no país (GRIMBERG, 2007).

⁹ Pluralismo é a concepção que propõe como modelo a sociedade composta de vários grupos ou centros de poder, mesmo que em conflito entre si, aos quais é atribuída a função de limitar, controlar e contrastar, até o ponto de o eliminar, o centro de poder dominante, historicamente identificado com o Estado.(BOBBIO, 2004,p.928)

A articulação continuou, e no dia 7 de junho de 2001, ocorreu o I Congresso de Catadores de Materiais Recicláveis, com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete Estados, e os 3.000 participantes da 1ª Marcha Nacional da População de Rua. Como resultado dos debates realizados os participantes elaboraram a Carta de Brasília e nela foram expostas as seguintes reivindicações:

1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem a sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser de responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.4 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do Programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

A principal estratégia desenvolvida pelo Fórum foi a campanha “Criança no lixo, nunca mais”. Para Grimberg (2007), as 56 instituições plurais – órgãos governamentais, ONGs, entidades técnicas e religiosas – passaram a atuar sob a forma de gestão compartilhada na estruturação de estratégias para enfrentamento do problema. Com esta articulação, foi possível distribuir naquele período 46 mil bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI.

Em consequência dos dois eventos, foi criado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, ainda em 2001, pois, como afirma Silva (2006), esses encontros foram articuladores de catadores de todo o Brasil e com isso constituíram-se uma identidade política e representativa, capaz de reivindicar melhorias para todos. Das solicitações postas na Carta, muitas foram asseguradas

pela PNRS e pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, que institui o Programa Pró- Catador. Além disso, uma das conquistas do MNCMR foi o reconhecimento da profissão, já discutido acima.

Nessa perspectiva as exigências dos trabalhadores buscam políticas públicas de Estado, pois, uma vez instituídas e implementadas com eficiência, os benefícios serão para todos os catadores e catadoras.

Sobre a atuação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, foram desenvolvidas ações que permitiram, entre outras, a criação dos fóruns estaduais e municipais para implementação de políticas públicas voltadas para os objetivos anteriormente mencionados. Formaram-se 24 fóruns estaduais Lixo e Cidadania e inúmeros fóruns municipais que continuam a contribuir na implementação dos objetivos e também na ampliação dos programas de reciclagem, além da inclusão de catadores.

No Maranhão, o Fórum Estadual foi constituído em 27 de novembro de 2014. São 29 instituições que compõem o Fórum, entre cooperativas e associações de catadores, organizações do movimento social, faculdades, bancos, fundações, institutos, secretarias municipais e estaduais (CÁRITAS/MA, 2014).

Conforme Souza Lobo (2011 p.50), redescobrir constantemente seus direitos e seu poder de articulação,

Passa a ser um motivo para mobilizar as mulheres para a vida pública, na qual elas começam a exercer uma vontade política e intervir nos seus destinos. Da mesma forma, a descoberta do corpo dá às mulheres a possibilidade controlá-lo.

Nas ações políticas sobre materiais recicláveis, a pessoa mulher ganha destaque, em São Luís, nas cinco associações e cooperativas existentes. Quatro são presididas por mulheres, com educação básica, que também ocupam os cargos de secretária e tesoureira, atuando nos espaços de mobilização, como no Fórum Estadual de Lixo e Cidadania. Entre cooperativas e associações de catadoras e catadores, sete assinaram o documento final de criação do Fórum Estadual de Lixo e Cidadania do Maranhão, e deste total, cinco são presididas por mulheres. Para Motta (2008), o conjunto de experiências possuído pelas mulheres é que sempre as motivou a lutar por seus direitos, buscando o exercício da cidadania nas diversas relações de poder e nas questões de gênero. A autora (2008, p.132) ainda reitera:

Esse fato evidencia as relações de poder e uma das dimensões da opressão nas relações de gênero, visto que as grandes decisões nos sistemas, inclusive de ensino, são tomadas pelos homens, apoiadas em teias de legislações, também de autoria majoritária masculina.

Na incansável luta pela visibilidade da sua presença, em 2010, no I Encontro Nacional de Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis- ENMCMR, ano da publicação da PNRS, a palestra de abertura teve o título “Gênero e o Despertar Feminino”. O evento teve a 4ª edição em 2013, abordando sempre temáticas relacionadas à educação, saúde, formação política, violência, entre tantas outras; em média participaram 500 mulheres de todo o Brasil.

Para Santos (2007, p.37), “os movimentos sociais e as organizações [...] precisam, mais do que nunca, se unir em agendas agregadoras expressadas por meio de campanhas únicas”. Então estes encontros são para discutir os desafios e planejar estratégias. Uma dessas estratégias foi reforçada nos I e II Congressos Latinos Americanos, em que Catadores e Catadoras da Argentina e do Uruguai, quando juntaram aos brasileiros e brasileiras em 2003 e 2005, tiveram como principais pretensões: garantia pelos governos de condições dignas de trabalho, alimentação, moradia, educação para todos os catadores que atuam em lixões e nas ruas, fortalecendo, ainda mais, a luta por uma PNRS.

Na última década, houve muitos avanços nas políticas públicas para os catadores de materiais recicláveis, tanto que no Decreto nº 5.940, de 2006, houve a instituição da coleta seletiva solidária, com destinação dos materiais recicláveis para os catadores de resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta. Com esta obrigatoriedade, a Universidade Federal do Maranhão concedeu instalações físicas para uma cooperativa, a Cooperativa de Recicláveis de São Luís - COOPRESL, em 2007, (Entrevista, com a Presidente da Cooperativa, dia 20/08/2015). Ainda na legislação, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, permitiu a contratação de cooperativas pelo poder público para coleta de resíduos sólidos, com dispensa de licitação. Em 2009, com o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, foram estabelecidas metas voluntárias de aumento da reciclagem para vinte por cento do total de resíduos sólidos produzidos até 2015.

De todas as conquistas, uma que bem representa a vitória para catadores e catadoras é o Programa Pró- Catador, instituído pelo Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, cujo objetivo é:

Integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta

seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.

As ações perpassam principalmente em duas linhas de atuação: inclusão social e inclusão produtiva, ou seja:

- A primeira visa à emissão da documentação civil, certidão de nascimento, 2ª via carteira de identidade, carteira de trabalho e cadastro de pessoa física;
- Na saúde, atividades como atenção básica, consultório na rua, equipe da saúde na família e visa ainda à saúde do trabalhador e da trabalhadora;
- Na assistência social, erradicação do trabalho infantil, atendimento no Centro de Referência Assistência Social- CRAS. Dentro desse mesmo campo, a moradia do segmento é prioritária na política de habitação;
- No atendimento jurídico, as ações da Defensoria Pública e do Ministério Público são foco;
- Na inclusão produtiva, as ações buscam educação/ capacitação: EJA, Alfabetização, PRONATEC;
- Economia Solidária; Assessoria/ Incubação, a ação tem o objetivo de incentivar a criação de novas cooperativas e associações de catadores;
- Infraestrutura, com vistas a fortalecer as práticas da Economia Solidária, o desenvolvimento de uma linha de financiamento por Projetos BNDES, para construção de Galpões.

Na inclusão produtiva, o desafio do Programa é modificar a situação dos catadores informais em profissionais. Para tanto a PNRS abre precedentes para parcerias, em seu Artigo 4º, ao estabelecer:

Os órgãos do Governo Federal envolvidos poderão, observada a legislação vigente, firmar convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação, termos de parceria, ajustes ou outros instrumentos de colaboração, com:

I - Órgãos ou entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - Consórcios públicos constituídos nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005;

III - cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e

IV - Entidades sem fins lucrativos que atuem na incubação, capacitação, assistência técnica e no desenvolvimento de redes de comercialização, de

cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, ou na sua inclusão social e econômica (BRASIL, 2010).

A fim de garantir a execução das ações propostas, o governo lançou em 2013 editais para a liberação de mais de R\$ 200 milhões para capacitar cooperativas e associações de catadores de resíduos sólidos em todo o Brasil, conforme comunicado da Agência Nacional.

O objetivo geral de todas as ações desenvolvidas, a partir da PNRs, é incentivar a reciclagem dos resíduos e incluir aqueles e aquelas possuidores de direitos, mas a quem a própria dignidade humana é negada. É preciso lembrar que os lixões, mesmo com as piores situações garantem o sustento, dessas pessoas, Juncá; Gonçalves; Azevedo, (2000). Apesar dessa nova etapa histórica, em que são lançadas políticas públicas específicas, isso não significa que todos os problemas estejam resolvidos. Temos a considerar a evolução de sujeitos exóticos, para que, protagonistas de suas histórias, transformem-se em sujeitos etnopolítico, o que exigem sejam consultados nas decisões sobre eles, e nesse processo, as mulheres são determinantes, principalmente nas articulações políticas.

Dado à necessidade do trabalho executado por tais trabalhadoras e trabalhadores, merecem destaque as ações do poder público, com vistas à aprovação do Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010, que cria o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis- CIISECMR. Este é constituído por representantes dos Ministérios: da Educação, Saúde, do Trabalho e Emprego, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, das Cidades, do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, Previdência Social, do Turismo, Planejamento, Orçamento e Gestão, das Minas e Energia, da Fazenda e da Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O MNCMR também integra o Comitê, cuja representante é Claudete da Costa, catadora do estado do Rio de Janeiro.

O objetivo de unir todos estes segmentos é integrar e articular as ações do governo federal, voltadas ao apoio e ao fomento, à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; à melhoria das condições de trabalho; ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica; e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por

meio da atuação desse segmento, reafirmando aquilo que Pochmann (1999), alude existir: uma reformulação das formas de exclusão. Todavia, há também uma preocupação em diminuir estes princípios excludentes. Nos próximos capítulos analisaremos a execução deste Programa no Maranhão.

Nessa perspectiva o Programa Pró- catador, na linha de inclusão produtiva tem como eixo a formação, Educação/ capacitação: Educação de Jovens e Adultos e Idosos- EJA; Alfabetização; e Pronatec. Nessas ações os profissionais, como grupo prioritário, dentro da EJA sugeriram a criação do EJA Catador, e a orientação é que os Estados e Municípios sigam a linha de parcerias, a fim de garantir formação de todas as catadoras e catadores das suas localidades, com vista a erradicar o analfabetismo e aumentar o tempo de escolaridade desses profissionais. Pretende também o GT gênero, dentro do FBES, realizar estudo e formação, visando contribuir no debate da produção de conhecimento sobre o mundo do trabalho e as mulheres, e os direitos econômicos das mulheres dentro da ES.

Essa formação, tema central nas associações e cooperativas, é a educação numa perspectiva de qualificação profissional. A exemplo, em um dos primeiros documentos de reivindicações, o Movimento Nacional colocou a inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional (MNCMR,2001). A formação política é, também, tema recorrente. Em dado momento essas mulheres tornaram-se um segmento, dentro do MNCMR, e têm seus encontros nacionais e estaduais e, em todos eles, a educação é pauta. E um deles, Futuro - alfabetização, profissões necessárias para o futuro dos empreendimentos. A elevação da escolaridade e a formação política foram discutidas no último ENMCMR, no ano de 2013. A formação da pessoa mulher catadora de materiais recicláveis esteve em discussão em dois momentos com os seguintes títulos: Mulheres Articuladas, formação para lideranças comunitárias, de diretorias de cooperativas e mobilizadoras e Mulheres Politizadas, cujo foco era a compreensão da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Mesmo antes da PNRS, várias ações ocorreram por todo o país, a fim de garantir a formação de catadoras e catadores. Um exemplo é o Programa de Jovens e Adultos na Cooperativa – PROJEAC. O Programa funciona desde 2001, inicialmente uma parceria entre a Cooperativa de Materiais Recicláveis de Assis- São Paulo e a Universidade Estadual Paulista- UNESP, através do Núcleo de Assessoria à Formação e Desenvolvimento de Cooperativas Populares .Com a

aprovação da PNRS, o número de parceiros aumentou e, atualmente, contribuem no desenvolvimento : o Circuito de Interação de Redes Sociais; Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis; o MNCMR e a Prefeitura Municipal de Assis. Com isso mais de 100 catadoras e catadores estão no processo de alfabetização. Ação como estas vem contribuindo para maiores cuidados durante o processo de catação de materiais recicláveis.

De acordo com dados da ABRELPE, divulgados em junho de 2013, o Maranhão produz diariamente 6.754 toneladas de resíduos. Deste total, são coletadas diariamente 4.061 e a destinação final adequada é dada, a apenas 1.297 toneladas; a coleta *per capita* diária é de 0,958 kg. São, portanto, as toneladas sem destino adequado que provocam odores e sujeiras pelas ruas do Estado e na capital, São Luís.

Para ajudar a cuidar de todos esses resíduos, existem, só no Maranhão, segundo Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos realizado em 2013 pelo IPEA, 7.120 catadoras e catadores. Desse total, 70,4% são homens e 29,6% são mulheres. Contudo, existe uma desconexão nestes dados, pois muitas mulheres catadoras não se identificam com a atividade, mantendo a identidade de domésticas ou de trabalhadoras do lar como atividade principal.

Nessa conjuntura, a formação possui um papel fundamental quanto à inserção e ascensão da mulher no mercado de trabalho, uma vez que “um dos fatores que afetam mais significativamente a natureza e a qualidade da participação das mulheres no mercado de trabalho é o seu acesso à educação” (PNUD, 2011, p. 29). Mendes (2002) comunga desse mesmo pensamento, acrescentando que a situação de precarização das mulheres em relação ao trabalho está associada às condições de pobreza em que vivem. Esta, por sua vez, tem relação direta com a baixa escolarização e qualificação, o que dificulta a sua inserção em bons postos de emprego e, conseqüentemente, tenham melhores salários. Situação decorrente das mutações no mundo do trabalho, aceleradas desde a Revolução Industrial, que tornaram o mercado exigente, demandando aumento da escolarização da trabalhadora e do trabalhador.

Para melhor compreendermos a importância da formação neste percurso, vamos adentrar na educação dessas mulheres.

4 A EDUCAÇÃO DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Para abordarmos questões referentes a educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis, devemos antes revisitar, ainda que brevemente, fatos ocorridos historicamente, haja vista as pessoas, em todas as épocas, serem influenciadas e promoverem interferências transversais na sociedade. Neste capítulo buscamos responder como são representadas as relações educacionais e de trabalho na memória de mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís e perceber qual o percurso destas mulheres até tornarem-se catadoras. Para tanto, fazemos diálogo com as políticas públicas de inclusão desta categoria de trabalhadoras e com suas contradições, bem como identificamos implementação dessas políticas na cidade, São Luís, capital do estado do Maranhão.

4.1 Os resíduos da educação na vida das mulheres

Segundo Arendt (1975), desde a Grécia Antiga, a mulher teve uma trajetória marcada pela desvalorização, uma vez que sempre esteve inserida no espaço privado, onde deveria se ocupar das tarefas domésticas e da sobrevivência da espécie, sem qualquer perspectiva educacional. Por conseguinte, a sociedade vem, ao longo dos séculos, determinando o agir e o pensar masculino e feminino, mas é no convívio com os grupos sociais que os sujeitos vão construindo suas identidades, aprendendo comportamentos, atitudes, relacionamentos, atividades e papéis.

O reconhecimento social das mulheres, como trabalhadoras, em algumas áreas, é um desafio histórico que permanece, até hoje, no século XXI. Há uma metáfora de Michele Perrot (1998) no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra, traduzindo muito bem, essa ocultação.

Essa cultura do silêncio vem sendo construída há muitos anos, e outro exemplo, é o famoso diálogo de Platão, em Fédon, onde relata a morte de Sócrates, ao registrar a solicitação deste último para que as mulheres se retirassem e não presenciassem seus momentos finais. Segundo Ferreira (2009), esta solicitação estava presente em suas oratórias na cidade. O fato é natural para os discípulos de Sócrates, portanto, esta ausência e este silêncio está vivo há muitos séculos. A convivência dos filósofos com este episódio diz respeito à compreensão deles sobre a condição feminina de ser, isto é restrita ao espaço privado, e por ser e a filosofia

algo público, ainda que desenrolada na morte entre quatro paredes, como tal acontecimento.

De acordo com a historiadora Maria Lúcia de Barros Mott (1998), é possível afirmar que até o século XVII a educação das mulheres teve como base as orientações para cuidar da casa, do marido e dos filhos; era uma imagem cultivada pela pregação da igreja, por médicos, juristas, regularizada pelo Estado e publicizada pela imprensa da época. Entretanto, existem registro do século XIV de casos isolados, nos quais meninas e meninos estudavam na mesma instituição em Florença na Itália. Isto porque para ser dama da sociedade eram exigidos certos conhecimentos sobre educação e cultura; existiam no currículo ensinamentos de letras, grego, latim, hebraico, sagradas escrituras e de medicina. Porém, estas mulheres pertenciam a uma classe privilegiada, enquanto a maioria das mulheres das classes subalternas, continuavam sem este direito.

Os estudos históricos sobre o século XVIII, mostram que, neste período, surgiram as escolas em tempo integral, como, por exemplo, os recolhimentos femininos. Estas instituições tinham como função formar as meninas nos princípios da religião e preservá-las dos defeitos do seu sexo, de acordo com a socióloga Jussara Reis Pra (1999). Durante todo este século e mesmo em meados do século XIX, a educação e a introdução às primeiras letras, a aprendizagem das quatro operações, da música e do latim para as meninas era diferente daquela exigida dos meninos. Para estes, o currículo constava de conteúdos de: Geografia, Latim, Poética, Filosofia e História. Logo, a educação da mulher nestes séculos era pautada nos afazeres domésticos, sem preocupação com a instrução aprimorada e profissionalizante PRA (1981).

No Brasil, o marco na educação da mulher na primeira metade do século XIX, foi a Lei das Primeiras Letras, de 15 de outubro de 1827, que em seu art. 5º determinava: “haverá escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho julgarem necessário este estabelecimento”.

Foi a primeira lei a garantir a inserção da mulher na escola, mas sob ótica do julgamento dos homens para tal. Todavia existia garantia de salários equiparados aos dos profissionais homens, embora limitasse as disciplinas que a professora mulher deveria ensinar, conforme afirma o art. 12 da referida Lei:

Exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos.

A historiografia relata que os espaços públicos são entendidos como próprios do homem. Estes ambientes, proibidos às mulheres, foram conquistados nos processos de lutas e resistências delas, ainda no século XIX, buscando suprir suas necessidades. A autora toma por base a cidade, por ser camponesa a maioria da população no citado período. A esse respeito, Perrot (1998, p.37) explicita:

No século XIX, as mulheres se mexem, viajam, migram quase tanto quanto os homens, atraídas pelo mercado de trabalho das cidades onde acham emprego principalmente como empregadas domésticas. Essas cidades, que as chamam sem realmente acolhê-las empenham-se em analisar a desordem potencial atribuída à coabitação entre homens e mulheres. Daí uma segregação do espaço público. Existem lugares praticamente proibidos às mulheres, políticos, judiciários, intelectuais e até esportivo. Na cidade, espaço sexuado, vão, porém se deslocando, pouco a pouco, as fronteiras entre os sexos.

No que se refere às mulheres, por um lugar na vida pública, Bruschini e Rosemberg (1982) afirmam que a inserção destas ocorreu devido a uma necessidade capitalista, visando à ampliação da força de trabalho e, conseqüentemente, ao aumento da produção, do consumo e dos lucros. A inserção aconteceu de forma desigual, especialmente no tocante à jornada de trabalho e à remuneração. De acordo com Bourdieu (1999, p. 34), isto ocorre porque,

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres [...], assinalando-lhes lugares inferiores [...], ensinando-lhes a postura correta do corpo [...] atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas

Daí as razões para afirmarmos que a legislação não contemplou o público alvo de acordo com seus anseios. No Brasil, da primeira metade do século XX, quer na área urbana, quer na rural, a maioria da população era analfabeta. Com uma cultura herdada dos portugueses, a sociedade brasileira continuou a ver a mulher como pessoa que deveria ser confinada dentro de casa, no espaço do ambiente doméstico e familiar; “Na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira “heresia social”. O seu ideal de educação circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas (SAFFIOTI, 1969).

Estas circunstâncias, portanto, vêm de tempos longínquos, como já mencionado, contribuindo para os altos índices de analfabetismo entre as mulheres, pelas razões que Saffioti (1969, p. 184), apresenta: “eram os filhos e não as filhas da casa-grande que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas e até mesmo alterações na moda feminina”.

Certamente existiam as mulheres que conseguiam burlar estas regras, a exemplo, a Lei nº 10, de 5 de maio de 1835, que autorizava o governo do Maranhão a mandar três moças estudarem na França, Ciências Naturais, o que denota uma ação inovadora, ainda que isolada, de internacionalização da educação. Importante registrar que atendia a uma parcela pouco significativa das moças da elite, continuando marginalizada considerável parcela de mulheres, à época, sobretudo as economicamente desfavorecidas.

As mulheres, desde sempre, buscaram e continuam a procurar a superação dos direitos negados, e no Brasil do século XIX, uma das primeiras bandeiras de luta foi liderada por Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1895), tendo a educação como objetivo, e o marco foi a publicação do livro “Direito das mulheres e injustiça dos homens”, no ano de 1832, tradução da versão francesa da obra de Mary Wollstonecraft, informações da professora Constância Lima Duarte (1999).

Durante todo o século XX, as mulheres gradualmente avançaram nas conquistas educacionais.

4.2 O contexto educacional das catadoras no Maranhão e em São Luís

Embora seja inegável a luta das mulheres por avanços na sua educação, de maneira especial ao longo do século XX, os agravantes da ausência deste direito ainda estão presentes no nosso cotidiano, um deles é o analfabetismo.

De acordo com a PNAD 2014, um total de 13 milhões e 200 mil pessoas são analfabetas no Brasil, percentual equivalente a 8,3% da população, embora tenha havido declínio em relação a 2013, quando este índice ficou em 8,5%; a meta do Plano Nacional de Educação de reduzir para 6,5% até 2015 não foi atingida.

A pesquisa constatou que as mulheres ainda continuam a ser maioria dentre os analfabetos, representando 50,2%, enquanto os homens 49,2%. Tais estatísticas são apenas para dar veracidade aos fatos que a história nos mostra; a pessoa mulher, apesar de, nas últimas 6 décadas, ter usufruído “da lenta e gradual

educação formal no Brasil”, conforme a professora Fulvia Rosemberg, 1994, ainda consta em estatísticas cujos dados apontam péssimos indicadores de escolaridade.

No que concerne à educação das mulheres catadoras, o estudo mais completo é o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (IPEA 2013). Esta pesquisa revelou que a taxa de analfabetismo na região Nordeste é muito superior à média nacional, de 20,5%; e no Nordeste chegou a 34%. No Maranhão, foi constatado que 35% das catadoras e catadores são analfabetos.

Podemos então inferir que a ocupação de catadora tem estreita relação com o analfabetismo, pois o 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, divulgado em 29 de janeiro de 2014, pelas Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), afirma existir em todo o mundo 774 milhões de analfabetos, dos quais 516 milhões são mulheres. O mesmo documento aponta o Brasil na oitava posição dentre os dez países com o maior número de analfabetos.

Para Mendes (2002, p. 38), a situação de precarização das mulheres em relação ao trabalho está associada às condições de pobreza em que vivem e que por sua vez têm relação direta com a baixa escolarização e qualificação, o que dificulta a sua inserção em bons postos de emprego e, conseqüentemente, na perspectiva de melhores salários, isto porque as mutações no mundo de trabalho, aceleradas desde a Revolução Industrial, tornaram o mercado exigente, demandando aumento na escolarização do trabalhador e da trabalhadora, ao que, de certo modo, já nos referimos.

Como demanda do MNCMR, além do novo significado dado aos resíduos sólidos, a partir da nova Política Nacional em 2010, o Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro estabelece ações Interministeriais para inclusão social das catadoras e catadores de materiais recicláveis, coordenado pela SENAES, com eixo específico para a formação profissional. Nos Estados e Municípios, tais ações deveriam ser executadas em parcerias com as secretarias, coordenadas pela Secretaria de Economia Trabalho Renda e Economia Solidária.

No Maranhão, a SETRES lançou o Pró- Catador pela primeira vez no ano de 2012, com algumas ações realizadas, o projeto esteve parado por mais de um ano; sua última atividade foi um seminário no mês de abril de 2014, segundo a coordenadora, em entrevista realizada em 21/01/2016. Retomou as ações em junho

de 2015, com o prazo findando para realização das atividades propostas inicialmente pela gestão anterior: oficinas nos quarenta municípios por ele atendido, contemplando minicursos relacionados às temáticas: coleta seletiva; atendimento social, foco no cadastro único; resíduos sólidos; gestão solidária, cinco seminários territoriais, dentre outros. Segundo a assistente social, as ações foram retomadas a “toque de caixa”. Para desenvolver estas atividades, a equipe é multidisciplinar: um administrador, duas assistentes sociais, um engenheiro ambiental, um engenheiro de produção, um engenheiro sanitário, uma pedagoga, um psicólogo, dois técnicos administrativos e dez agentes de desenvolvimento.

O Projeto precisou ser reescrito, e o Estado delimitou dez territórios, onde estão situados os municípios atendidos: no **Alto Turi e Gurupi**: Presidente Médici, Santa Inês, Zé Doca, Santa Luzia, Araganã; no **Cerrado Amazônico**: Imperatriz, Açailândia e Buriticupu; nos **Cocais**: Timon, Caxias, Codó, Lagoa Grande e Bacabal; no **Metropolitano**: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa; no **Vale do Itapecuru**: Matões, Itapecuru, Miranda do Norte e Vargem Grande; na **Baixada Ocidental**: Pinheiro e Guimarães; no **Cerrado Sul**: Balsas, São Francisco do Brejão, Nova Colina, Barra do Corda e Grajaú; nos **Lençóis/Munim**: Humberto de Campos, Bacabeira e Barreirinhas; nos **Campos e Lagos**: Matinha e Viana; no **Baixo Parnaíba**: Belágua, Tutóia, Chapadinha, Água Doce, São Bernardo, Araiões e Santana do Maranhão.

A atual versão tem por objetivo fundamental fomentar grupos econômicos solidários de catadores e catadoras, organizando-os em redes de cooperação e comercialização de seus produtos, e dentre os objetivos específicos constam: recensear catadores nos municípios atendidos pelo projeto, inserir catadores no cadastro único e aquele que é o nosso foco: “promover ações de formação de acordo com a vocação profissional, proporcionando a elevação da escolaridade e a educação profissional e tecnológica” (MARANHÃO, p.5).

Sobre as ações para articular esta formação, houve apenas um seminário com a presença de representantes das Secretarias Municipal e Estadual da Educação, ambas do segmento Educação de Jovens Adultos e Idosos. Porém as discussões não avançaram, devido à SEDUC ainda esperar o diagnóstico sobre os catadores nos locais de maior concentração destes profissionais, a fim de formar turmas específicas do Brasil Alfabetizado. Identificaram-se contradições nos números do diagnóstico realizado, na primeira parte do projeto, antes da interrupção

em municípios onde existiam catadores e estes foram encontrados, e naqueles onde havia, mas não foram encontrados. A atual equipe do Projeto precisou refazer este levantamento, uma vez que a transferência para a Fundação Sôsândrade, ganhadora da licitação, já havia sido efetuada. Assim,

Houve uma corrida tamanha porque o Maranhão em relação aos outros estados, está muito atrasado era para estarmos acessando as outras etapas dos outros programas, mas ainda estamos na primeira fase, estamos num período eleitoral e a maioria dos gestores estão saindo. Ficaram o mínimo. A gente conta nos dedos das mãos aqueles que se interessaram, é tanto que estamos pensando em fazer oficinas para os novos gestores. (Entrevista, da Coordenadora do Pró- Catador em 21/01/2016)

Os desencontros citados na entrevista permitem nos observar uma superficialidade na execução das políticas no contexto brasileiro, em especial, no caso maranhense, o que torna importante refletirmos acerca da atual historiografia, de que também trata o texto a seguir:

Na tradição histórica brasileira, onde as análises indicam que as políticas educacionais têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade/continuidade, por carência de planejamento de longo prazo e por políticas de governo, em detrimento da construção coletiva, pela sociedade brasileira, de políticas de Estado (DOURADO, 2010, p.34)

Esta divergência de gestão traz consigo entraves, como mudança de equipe, por exemplo, que implica, um recomeço de outra equipe sem a formação recebida pela equipe anterior, precisando adotar outras estratégias para lidar com as trabalhadoras e trabalhadores. A coordenadora destaca também o alto índice de analfabetismo: “Algumas coisas a gente tem que traduzir”, num contexto onde o grande percentual dos catadores são mulheres. Nas frequências das oficinas realizadas nos quarenta municípios, encontramos registros de 266 mulheres, um número superior, equivalente a 85 pessoas, em relação aos homens que eram 181. Em São Luís, apenas um homem participou das oficinas, e mulheres, 13. O orçamento total do Projeto foi de R\$ 9.377.779,12 para o eixo de formação; para o acesso aos programas educacionais estava previsto R\$ 484.372,06 e deste montante, até a data da entrevista não havia sido gasto nenhuma parte.

Do total no Estado, de 446 catadoras e catadores presentes nestas formações, constatamos que 107 são analfabetos. Como afirma MOTTA (2009, p.56), do período quinhentista, com os jesuítas, e nos subsequentes,

Se houve avanços, como exageram alguns historiadores, não estaríamos ainda hoje alfabetizando jovens, adultos e idosos, que constituem, o testemunho da preferência da educação para um pequeno grupo e o descaso para com a maioria

Diante dos indicadores deploráveis mostrados no início deste capítulo, é possível nos certificarmos de quantos desafios ainda temos por vencer, e o analfabetismo é um destes, aliás, secular. Conforme Saviani (2010), este é um problema que os principais países, incluindo nossos vizinhos Uruguai, Argentina e Chile, resolveram no final do século XIX.

Outra articulação em andamento foram ações com a Secretaria Estadual da Mulher, cuja a coordenadora assim sinaliza o perfil das catadoras:

A maioria delas lançadas a margem da sociedade, por uma situação de desemprego, por toda uma situação de exclusão que vivem; é aquela questão mulher negra, pobre e sem condição, embora a gente tenha hoje a questão do bolsa família, que ajuda bastante, mas não é só isso, tem a questão da dignidade. A questão de levar estas pessoas para alguns programas educacionais: **EJA, Brasil Alfabetizado** e poder contemplá-los com isso. (Entrevista da Coordenadora do Pró- Catador em 21/01/2016)

É de fato uma categoria excluída, invisível nas mais diversas dimensões da sociedade. Soares (2005), assinala a invisibilidade como um mecanismo inventado pela sociedade, por meio do qual os indivíduos considerados indesejáveis não são somente os excluídos do que a sociedade produz: bens materiais e simbólicos; o seu aniquilamento é justificado a partir do momento em que sua existência é ignorada como pertencente à vida social.

De acordo com a Carta final do Seminário Pró- Catador do Estado do Maranhão, realizado nos dias 24 e 25 de abril de 2014, em São Luís, e visitas *in loco*, existem duas associações e quatro cooperativas: Associação dos Catadores do Maranhão - ASCAMAR; Associação de Catadores Cidade Olímpica – ASCAMARCO; Cooperativa de Recicláveis de São Luís - COOPRESL; Cooperativa de Gestão de Resíduos Sólidos de São Luís - COPGEST; Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras da Bacia do Bacanga - COMTRAB; Cooperativa de Vidros-COOPERVIMA. O documento contradiz as informações da coordenação do projeto, a qual, na entrevista em 21/01/2016, mencionou a existência de duas associações e uma cooperativa.

As primeiras cooperativas funcionavam na perspectiva da gestão democrática, faziam a distribuição dos lucros entre os acionistas com ações e investimentos limitados entre os cooperados. Dessa maneira, a cooperativa se

tornou uma concretização, numa busca ideológica por uma sociedade igualitária, de modo que a experiência das mulheres, ultrapassa a dos grupos informais, tanto que elas estão presentes nas associações e cooperativas. Bhowmik (2002), que analisa experiências de cooperativas com presença feminina, especialmente em países pobres como a Índia, revela que nas atividades da *Self employed Womens's Association - SEWA*, as trabalhadoras organizadas recebiam formação de seu sindicato, tanto para aumentar sua qualificação pessoal quanto para estarem juntas no processo coletivo de luta por melhores salários, saúde e educação.

De acordo com as análises das entrevistas, conversas e questionários, por nós efetuados, a prática da democracia e a transparência ponderada inicialmente estavam presentes. Entretanto quando do surgimento das cooperativas e associações, registraram-se fragilidades e conflitos entre as catadoras. Possivelmente os cursos de formação e assessoria técnica propostos pelo projeto Pró - Catador poderão contribuir significativamente para melhorias.

Ainda de acordo com a coordenação do Pró – Catador, existem em São Luís-Maranhão 100 profissionais catadores. De posse dessas informações e sendo as catadoras do segmento prioritário na Política de Assistência Social e apesar da transferência de renda e do Programa Minha Casa Minha Vida do Ministério de Desenvolvimento Social, fez-se necessária a busca de indicadores da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social. O superintendente da Coordenação de Transferência de Renda, em entrevista realizada dia 25/01/2016, apresenta o panorama do atendimento a este público, assim se expressando:

No cadastro único são encontradas 88 famílias de Catadoras e catadores; deste total, 71 das Referências Familiares são mulheres e 17 são homens; das 55 famílias beneficiárias do Bolsa Família, 29 estão fora do perfil dentro deste grupo; 11 famílias estão sem atualizar o cadastro há mais de 24 meses e automaticamente foi bloqueado o benefício; 33 famílias apresentam renda *per capita* por membro familiar de R\$ 154,00, superior ao solicitado pelo programa, não podendo ultrapassar meio salário mínimo, mas conseguem receber o benefício em decorrência da regra de permanência. A média de pessoas por família é de 3 a 4 pessoas. Está em curso, também, a inclusão sócio produtiva, porém existem dificuldades na parceria com a SETRES. Houve uma reunião ano passado, mas agora precisamos identificar as pessoas que integram este segmento; as mulheres são oriundas dos estados da Bahia, Ceará, Pará, Piauí e São Paulo. Dentre os 131.000 cadastros gerais da cidade de São Luís, apenas 11.000 são homens. (Entrevista de Cristiano Pereira em 25/01/2016).

Diante desse cenário, é importante lembrar que o feminismo tem discutido permanentemente a “questão social” na vida das mulheres e por diversas razões,

dentre as quais podemos citar: o empobrecimento, a ínfima participação na política, na economia, na ciência, a divisão sexual do trabalho. Desse conjunto de argumentos, a denominada “feminização da pobreza” está sendo amplamente difundida, principalmente nas últimas três décadas, de modo que as circunstâncias que afetam essas mulheres em condições sociais e trabalhistas precarizadas no mercado informal, com renda baixa, enraizam ainda mais a sua pauperização Hirata (2003).

4.3 Catando as histórias da educação da mulher catadora de materiais recicláveis em São Luís

Inseridas neste mercado informal e precário, as mulheres catadoras, sujeitos desta investigação, foram selecionadas a partir de critérios, como o envolvimento e a representatividade, em relação à catação e também a disposição em contribuir para a difusão das dificuldades enfrentadas nas suas histórias educacionais até tornarem-se catadoras de materiais recicláveis.

Com a intencionalidade de preservar suas identidades, os nomes das catadoras foram substituídos pelo nome de mulheres feministas africanas¹⁰. Esta escolha deu-se em decorrência da constatação de que seja nos documentos da SETRES, SEMCAS, seja nos do IPEA, a maioria dos catadores e das catadoras no Brasil são negros. E ainda, por uma inquietação: das inúmeras publicações sobre a temática estudada, até aqui, não citamos nenhuma autora ou autor que não tenha se abastecido de fontes pautadas no eurocentrismo e não foi por falta de desejos, mas por desconhecimento. Não lemos estas publicações, nem na graduação tampouco na pós-graduação; isso nos trouxe uma certeza: a Ciência é definida pela geografia, pelo sexo e pela etnia, o que explicita duas fragilidades do conhecimento quanto aos sujeitos: excludente e colonizado. Segundo Quijano (2005), esta é a colonialidade do saber! Um último pretexto: são duas categorias de mulheres invisibilizadas por nós, a negra e a pobre, em uma sociedade enraizada nos “perigos de uma história só” (ADICHIE, 2015 p. 4).

Inicialmente, nas conversas com as quatro catadoras escolhidas, jovens e idosas, com faixa etária de 30 a 65 anos, naturais do interior do Maranhão, as

¹⁰ As histórias de vida e as imagens destas mulheres estão no Anexo A.

questionamos sobre suas condições socioeconômicas, sendo possível obter este perfil:

Aisha, com 65 anos, solteira, uma filha e duas netas; mora em casa própria com oito cômodos, renda mensal de R\$ 400,00, trabalha entre 4h e 6h diárias com a catação.

Hilda, com 30 anos, casada, duas filhas, mora em casa alugada, de um cômodo, com renda de R\$ 540,00, trabalha entre 4h e 6h diárias com a catação.

Leymah, com 36 anos, solteira, cinco filhos, mora em casa própria, com três cômodos, renda média de R\$ 750,00, trabalha mais de 6h diárias com a catação, sem contar as atividades domésticas.

Osai, com 45 anos, união estável, duas filhas, moradia cedida, com quatro cômodos, renda média de R\$ 400, trabalha mais de 6h diárias com a catação.

Todas são beneficiárias do Programa Bolsa Família, pois atendem aos critérios estabelecidos pelo MDS, além disso, moram em bairros com históricos de violência e desprovidos de saneamento básico.

Benjamin (1982) explica que escrever a história constitui atribuir aos anos a sua expressão e, nessa perspectiva, ao ouvir as mulheres catadoras, procuramos entender suas trajetórias educacionais e suas relações com seu trabalho, sua família, ponderando aspectos do contexto social no qual estão inseridas.

Na continuação das entrevistas, passamos a instigá-las a contar-nos sobre suas trajetórias com as vivências na escola, como alunas, e como professora no caso de Aisha. Primeiramente, comentaram as principais lembranças da escola em suas vidas, e dessas narrativas, destacamos:

Ali no Liceu era bom demais. Primeiro a formação pedagógica que a gente vai estudar, vai cuidar com a vida e os professores são legais. Eu gostava da professora de Português, ela era paciente; quando se não sabia ela ficava perto, explicando com calma e as outras eram agoniadas. Até hoje lembro da de Geografia, não precisava ninguém esperar por ela, porque ela só explicava a aula e acabou, quem quisesse se virasse, a professora Ismênia. Mas, eu gostei muito da educação que eu tive. Meus professores eram rígidos, se era 3 era 3 mesmo, não davam um décimo. O Carlos Saad, de Literatura, todo bicho que ele mandava se fazer, pensa! Pensa, ele nem abria a boca e se tinha que estudar mesmo. Se tirasse três D de deficiente, estava eliminado, eu morria de medo de tirar nota baixa com ele (AISHA).

Aqui é importante refletir sobre as marcas que os professores deixam nas vidas de seus alunos, nos detalhes mínimos; estas recordações marcam uma vida, evidências que o educador Paulo Freire, corrobora, ao explicitar:

O professor autoritário, o professor licencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca (FREIRE, 2009, p. 66).

Aisha explica ainda a importância da escola na sua trajetória educacional, mas são explícitas na sua fala as diferentes posturas pedagógicas de cada professor.

Ainda a esse respeito Freire acrescenta :

Preciso que, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem **formar** é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus objetivos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro (FREIRE, 2009, p.25).

Na memória de Leymah, aparecem elementos simbólicos, presentes no espaço da sala de aula, para além dos conteúdos curriculares, a saber:

No período que eu estudava, eu gostava, eu era dedicada, nunca fiquei reprovada. Quando estudava pela manhã, eu não faltava, nem chegava atrasada, gostava dos colegas, eu tinha colegas que mesmo com as condições melhores do que a minha me tratavam por igual, por mais que minhas condições fossem inferiores às delas, nós éramos carentes. Com 10 filhos não era fácil para meus pais. Mas, não tinha diferença de classe social, meu único erro foi me envolver com a pessoa errada, no dia errado, no tempo errado (LEYMAH).

A questão das diferenças socioeconômicas presentes no ambiente escolar é natural e compreensível, pois, segundo o educador Celso Antunes,

A sala de aula é e sempre foi um espaço que expressa continuidade da vida, reflexo do entorno. Se assim não for, não será sala de aula verdadeira, não permitirá que o aluno contextualize em sua existência os saberes que ali aprende (ANTUNES, 2011, p.35).

È dos saberes apreendidos com as professoras, mas também com as amigas, nos grupos de colegas, que Leymah e Hilda sentem falta, ao declararem:

Era bom demais, não tinha preocupação nenhuma, e tinha mamãe e papai para dar tudo; hoje eu tenho que me virar. Minhas lembranças boas; minhas amigas, as brincadeiras, as professoras eram legais. È bacana a gente lembrar do passado, mas também traz tristeza, porque eu fui crescendo, fui dando no que não fazer. A única coisa que eu queria fazer era procurar a minha mãe e meu pai, que destes eu sinto falta; e quem é que não sente? (LEYMAH).

Adorava a escola, lembro até hoje quando tomava banho para ir para o colégio, as amizades, os professores; eu gostava de português, mesmo que eu não tive muito estudo (HILDA).

Estas narrativas corroboram a afirmação de Freire (2009): escola é o lugar onde se faz amigos, não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos”. Às vezes os vínculos de amizades, seja com os professores, seja com os colegas são muito fortes; as relações com aquele espaço é, muitas vezes superior à aprendizagem dos conteúdos científicos, por ser, um ambiente de partilha, de alegrias, de socialização.

Porém, os entraves para frequentar a escola é algo bem vivo na vida destas mulheres, em razão de várias demandas por elas mencionadas,

Estudei até a 5ª série, quando engravidei da minha primeira filha e deixei de estudar. Hoje ela vive com um tia do meu ex marido. Eu já sofri muito em casa alheia e não tive oportunidade de estudar. Eu vim de Alcântara para morar com minha irmã, com uns cinco anos para estudar aqui, mas ela só veio me botar na escola com 13 anos. Daí pra frente eu vim perambulando, muito sofrimento, porque trabalhava o dia todo e a noite eu estava morta de cansada. Aí eu ainda tentei, aprendi fazer meu nome. Depois uma tia do hoje meu marido me convidou para cuidar de uma filha dela, disse que arrumava uma vaga na escola perto porque na Janaína a escola era muito longe. Aí pensei que as coisas fossem melhorar, pioraram, larguei a de lá, e cheguei aqui não tinha escola nenhuma. Só sentindo, porque eu te contando você pode não acreditar em tudo que eu já vivi (HILDA).

Eu estudei até o quarto ano adicional. Da 3ª série do ginásio até o 2º ano no Cardoso Amorim. No 3º ano eu fui para o Liceu Maranhense (AISHA).

Deixei de estudar quando fazia a 8ª série. Sabe aquela filha rebelde, que quer aventurar outros tipos de estudos? Sou eu. Parei de estudar com 14 anos e fui viver aventuras que realmente geraram família cedo. Tive meu primeiro filho com 17 anos e fui cuidar de casa e de menino. Os professores eram bons, eu tive bons estudos. Olha eu não posso reclamar nem da escola nem dos meus pais, oportunidades eu tive! Só que eu não aproveitei. Minhas colegas daquele tempo todas têm hoje uma vida muito diferente da minha. Eu estudei no telecurso 2000, lembra? O professor ficava lá só para instruir o que a gente não entendeu, era no vídeo, eu adorava matemática (LEYMAH).

Estudei todo o Ensino Médio completo, fiz curso técnico de enfermagem, mas não terminei, até fiz estágio aqui no Hospital Geral, mas parei na parte de psiquiatria. Eu não gostava, acho que estava doida quando fui fazer enfermagem (OSAI).

Demandas familiares, trabalho e gravidez são as principais causas que afastam as adolescentes e jovens brasileiras dos estudos. Os indicadores do MEC, em parceria com a Faculdade Latino- Americana de Ciências - FLACSO, divulgados em 20 de janeiro do corrente ano, constataram que deste público, entre 15 e 29 anos, 18,1% deixaram de estudar por conta de gravidez, outras 23,1% afirmaram ser por questões familiares e 20,9% disseram ser por necessidade de trabalhar, CENPEC, 2016.

Outra situação que aparece nos relatos é a de Hilda, sobre o trabalho infantil, que, segundo Costa (1996), é aquele realizado por crianças e adolescentes, fora de suas casas e dentro da casa de terceiros, que tem sido executado em troca de um salário ínfimo ou de uma promessa de roupa, escola e alimentação. Nesta discussão a OIT (2004) afirma ser difícil saber quantas meninas e quantos meninos estão inseridos no trabalho infantil doméstico, na América Latina e no Caribe, porém há suposições de que sejam mais de dois milhões, e deste total 90%, meninas. Segundo o DIEESE (2006), esse percentual está concentrado nas faixas etárias entre cinco e quinze anos, exatamente aquilo que relata Hilda.

Embora com diferentes significados e pensamentos simples, estas mulheres têm nítida a importância da educação e da escola em suas vidas. “A escola é um meio onde você aprende a desenvolver tudo, não só ler e escrever basta dizer o nome: educação é tudo! Sem educação nada feito” (AISHA).

Prosseguindo sobre esta abordagem, elas constataam:

A escola é muito boa, se aprende muitas coisas, aprende a se falar, se expressar. Aprendi coisas que até hoje me servem na educação das minhas filhas. Sem o estudo a gente não é nada, apesar de eu não ter muita leitura (HILDA).

A escola é tudo na vida de uma pessoa; é uma aprendizagem que só ela leva; a educação é uma aprendizagem que lhe serve para a vida toda, o que você aprende é para você, não para os outros (LEYMAH).

Ensina muita coisa boa para a pessoa, se aprende, desenvolve a mente com matemática, com português. Eu adorava português, gostava de escrever (OSAI).

Para estas mulheres, a escolarização representa a construção de uma identidade, um “ser alguém” reconhecido pelo saber construído no ambiente escolar. Ser escolarizada gera confiança, possibilidade de independência financeira, de auxiliar na educação das filhas e dos filhos, modificação do comportamento. O professor Celso Pereira de Sá (1998) assegura que, ao classificar ou rotular algo, se está atribuindo valores positivos ou negativos, ou pondo em ordem hierárquica, o que esclarece as simetrias das definições dada a escola pelas catadoras.

Figura também nestas histórias a dominação masculina na pessoa do pai, e Aisha descreve sua experiência:

Trabalhei durante cinco anos, de 1979 até 1983, na Companhia de Colonização do Nordeste- COLONE¹¹, lá em Zé Doca e Santa Luzia. Minha mãe adoeceu e meu pai disse Aisha tu já fez tua casa, **tá na hora de tu largar interior de mão vem cuidar da tua mãe, aí eu atendi ele, pedi minhas contas e vim embora** (AISHA).

O poder exercido pelo pai, que surge na fala de Aisha, deve ser entendido como manifestações de conexão de forças centralizadas no controle, na opressão que implica um dominador e uma dominada, enraizada nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas, sexuais e familiares, baseadas no patriarcado. Saffioti (2004) destaca ser o patriarcado característico das relações de gênero; estas são desiguais e hierárquicas. Tal ordem permite então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. Essa autora defende que, no universo dominação- exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual.

Touraine (2010) chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, a vida das mulheres é carregada de dominação masculina e delineiam tão nitidamente a figura da inferioridade, que a luta contra a desigualdade e as proibições não parece leva a um objetivo mais audacioso do que abolir as diferenças entre homens e mulheres.

Entendido o percurso educacional destas mulheres, é necessário percebermos os seus entrelaçados, até elas chegarem à catação, uma vez que algumas, como Aisha e Osai, tiveram uma vida escolar regular, em relação à Hilda e Leymah. Fiquemos atentos aos seus relatos:

As coisas ficaram ruim, mamãe morreu, eu botei uma escola de reforço escolar, mas as pessoas não me pagavam, e as necessidades chegaram. Aí minha irmã me chamou para darmos uma volta na Rua Grande. Encontrei seu Pedro que procurava pessoas para montar a associação e eu estou nisso há 27 anos(AISHA).

Se eu lhe disser que é porque eu gosto de ser catadora, estou mentindo. Eu gostava de ver os outros fazendo este trabalho. Meu pai era gari ele trabalhou 23 anos na Coliseu. Ele pegou dengue hemorrágica e em 48h morreu. Ele era muito discriminado, na época chamavam ele de “lixeiro”, eu não tinha vergonha, porque ele dizia: olha vocês não tem que ter vergonha porque é daqui que sai o sustento de vocês. Dizia que não tinha outro serviço, que não tinha estudo, então brigava com a gente para estudar para

¹¹ A COLONE, subsidiária da SUDENE, foi criada em 19/05/ 1972 como sociedade de economia mista, responsável pelo gerenciamento do Projeto de Colonização do Alto Turi PCAT. O objetivo era promover o alargamento da fronteira agrícola do Noroeste do estado do Maranhão, área da Pré- Amazônia-maranhense, para atuar como agente de desenvolvimento de uma região até então desabitada. Com o Decreto nº 99.244, de 10/05/1990 passou a ser vinculada ao Ministério da Agricultura. A dissolução da empresa foi aprovada em 18/09/1997, e o Decreto nº 2.646, de 30/06/1998, regulamentou sua extinção, o mesmo documento passou as atribuições da empresa para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

não ser o que ele era. Em casa se fazia sacola com estas fitas para completar a renda. Eram 12 bocas para comer, não era fácil. Depois procurei família, papai morreu, eu trabalhava de diarista, fiquei desempregada, larguei meu marido, porque ele era mulherengo todo, e como sempre fui orgulhosa, eu disse que não precisava do dinheiro dele. E a coisa foi apertando, ficando difícil e em 2005 eu comecei a trabalhar aqui (LEYMAH).

Trabalho há sete anos com a catação. Antes de trabalhar com catação eu trabalhava na varrição, na Limpel, pela manhã e à noite das 18h às 3h, mas eu dava conta. Até hoje me arrependo de ter saído. Eu acho legal o trabalho que a gente faz. Não tenho vergonha, nós estamos limpando a cidade, o esgoto; o material que se recolhe não vai entupir as galerias, nem juntar água para o mosquito da zika nascer. Acho bacana o trabalho com reciclagem. Quando eu entrei não sabia nada, hoje eu sou craque, sei fazer tudo (OSAI).

A atividade de catação oportunizou mudanças de paradigmas, e, para Velloso (2005), a potencialidade na recriação do sujeito está relacionada a um ambiente propício, ou seja, onde ele possa fazer aflorar a sua singularidade e reinserir-se na realidade externa. Logo que a catadora percebe a necessidade de sua colaboração na renda familiar, entende, também, o quanto é capaz e como pode modificar as circunstâncias de dificuldades enfrentadas. Elas traçam objetivos e os executam, devido à motivação e força de vontade, que as levam à busca de resultados positivos, proporcionando crescimento e mudanças nas suas vidas e na de seus familiares.

A ocupação de catadoras permite a motivação, fortalecida por desejos de melhoria, com foco no trabalho, e então se inicia um processo de reconstrução, harmonizando-se de acordo com o objetivo principal da catadora: desenvolver alternativas para melhoria, tanto na qualidade de vida quanto na geração de renda. Rodriguez (2002) conta que a motivação está composta nos motivos que o ser humano desenvolve para instruir-se de qualquer coisa, como ler, escrever, dançar, ou, no caso de Osai, aprender os procedimentos da catação. Os ensejos são interiores, e terminam por trazer os benefícios e interesses esperados.

Importante retomar que, embora as mulheres tenham saído do lar para trabalhar, fornecendo a maior parte da renda familiar, os homens não assumiram as responsabilidades pelo trabalho doméstico da mesma maneira que as mulheres. Nesta qualidade de principal provedora da casa, as responsabilidades familiares continuam a ser assumidas por elas. As catadoras, como a maior parte das mulheres da classe trabalhadora, assumem dupla jornada, conforme afirmam:

Pela manhã arrumo a casa, faço almoço, brinco com meu filho, aí quando dá o horário de vim pra cá eu deixo meu filho com minha cunhada até meu marido chegar do serviço dele, mas já está tudo pronto só pra eles jantarem (HILDA).

É complicado demais, porque eu não sou só catadora, eu faço parte da administração, e aí falta tempo para os meus filhos. É complicado porque você sabe, nos tempos de hoje, quando chega a adolescência precisa de um acompanhamento de perto, porque senão se desvia. Mas eu, também, dou um jeito de arrumar a casa, comida, com ajuda da minha de 16 anos. Olha, não é fácil passar o dia trabalhando e ainda cuidar de casa e de filho; mas foi isso que eu procurei, achei! Digo todo dia pra minha menina: tu tá vendo meu sofrimento, pois isso aqui é porque papai e mamãe diziam as coisas e eu duvidava (LEYMAH).

Para Saffioti (2013) na sociedade de classes, a mão de obra feminina é agrupada; acontece através da integração periférica. Justificada por uma ordem biológica e essencialista, o trabalho feminino sempre esteve mais passível de exploração, e ele elucida:

A ideia de que a missão da mulher é o casamento e a procriação conduz não propriamente a uma qualificação da força de trabalho feminina, mas a uma especialização que destina as mulheres das camadas intermediárias da sociedade às ocupações subalternas, mal remuneradas e sem perspectivas de promoção. [...] a mulher deve ser exclusivamente dona de casa, guardiã do lar. E as próprias mulheres, em sua imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo (SAFFIOTI, 2013, p. 57).

A posição social que sempre foi conferida à pessoa mulher esclarece a histórica submissão destas. No campo produtivo, a posição de desigualdade da mulher em relação ao homem é fundamentada por um argumento “natural” ligado à função social de mãe e dona de casa. Assim, as condições subalternas de trabalho são aceitas, entre outros motivos, porque o trabalho remunerado sempre foi posto como “natural” do homem, o provedor da casa.

Os desafios são desde a conciliação entre as atividades de mãe, dona de casa e catadora, às situações de preconceitos enfrentados diariamente no decorrer da execução das suas atividades.

Corroboram essa assertiva os seguintes depoimentos:

Eles olham pra gente com a cara feia, cospem e ficam falando [...] (HILDA).

Por ser mulher, nunca tive situação de preconceito, mas, por trabalhar com este material, muitas vezes, não vou te dizer que não melhorou com esta Lei. Melhorou, mas se o catador não estiver agrupado, fardado de uma associação ou cooperativa, é julgado a pior pessoa do mundo. Passam perto da gente é escondendo bolsa, tem umas que até cospem, como coisa que a gente é pior. Eu acho que ninguém é pior do que ninguém, não importa se é negro, branco, cafuzo, crioulo, o que importa é que somos iguais: de carne e osso. Só tem uma coisa que somos diferentes: é a personalidade (LEYMAH).

Tem muita gente que tem preconceito com nosso serviço e dizem: "Vocês são muito, nojentos" Gente isso aqui não é nojo! (OSAI).

A catação de materiais recicláveis é uma atividade bastante estigmatizada, segundo Paixão (2005), destacamos também que a mídia coopera para a representação negativa das catadoras, quando as exibem nos lixões, ou quando discutem as "profissões perigo" ou menos valorizadas, sem jamais enfatizar seus aspectos positivos e suas contribuições para a sociedade.

O trabalho desenvolvido pelas catadoras pode ser listado como um conjunto de considerações sociais e ambientais e, sobre a importância das suas atividades, podemos narrar que a catação de recicláveis diminui a poluição do solo, da água e do ar; melhora a limpeza da cidade, além de gerar renda. Para Santos e Rigotto (2008), tais fatos estão presentes, quando as mulheres falam do retorno do seu trabalho:

Traz satisfação porque é daqui que eu tiro o sustento para a minha família. Meus filhos sabem que a comida, o vestir, os cadernos, a passagem de ônibus é daqui da catação (LEYMAH).

Trabalho como catadora há mais de oito anos, por falta de estudo. Só estou neste por falta de outro melhor, não me traz nenhuma satisfação pessoal nem financeira (HILDA).

Me traz satisfação pessoal porque tudo que eu tenho foi e é através da catação, não tenho marido, sou eu e pronto. (AISHA).

Mas, nesse universo rodeado de preconceitos, dificuldades financeiras e familiares, estas mulheres, como é próprio da condição humana, são donas de sonhos, simples desejos, mas são seus, e segundo o escritor Mia Couto, "O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro". Nesta perspectiva eis o que elas narram:

Quero terminar de construir a minha casa, quem sabe eu pudesse voltar a ser professora, eu gostava. (AISHA).

Estudar mais. Uma moça disse que vai ter turma só para catador, eu estou esperando, tomara que dê certo (HILDA).

Eu queria voltar a estudar e ser contadora, eu gosto de números, acho legal, mas é difícil. Se meus cinco filhos se formarem já realizei meu sonho (LEYMAH).

Tenho vontade de trabalhar em empresa, de carteira assinada, na parte administrativa. Não queria mais ser mandada, mas queria aprender como é administrar. Se eu ganhasse na loto, eu iria montar uma empresa só pra mim mandar, não humilhar; mas dizer: façam isso e só observar eles fazendo, só dividir as tarefas de cada um. Olha, enfermagem eu já sei como é, limpeza eu já sei, reciclagem eu já sei, agora era administração (OSAI).

Nos sonhos das quatro catadoras, a educação aparece como elemento norteador, o que nos leva a compreender que elas acreditam neste direito não apenas, como mecanismo de ascensão social, mas também de construção da sua identidade de ser humano. É como se faltasse isto: a escolarização nas suas vidas, para poderem, dar outro significado a seus caminhos.

O trabalho de catação na maioria das vezes é prejudicial às trabalhadoras, pela exposição às situações de riscos à saúde, pelos preconceitos sociais e pela insuficiência de melhores regulamentações dos direitos trabalhistas. No que tange à informalidade, remuneração é quase insignificante. Ademais, a má execução das políticas públicas, como o projeto Pró- Catador que melhoraria o acesso à educação, a construção de galpões proporcionando aprimoramento técnico e conforto físico e ambiental tornam a realidade destas mulheres mais difícil.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, em São Luís, e suas relações com a educação e o gênero, com base nos relatos de suas trajetórias educacionais. Ao trazermos à baila as experiências educacionais destas mulheres, isso nos ajudou a entender as motivações que as levaram a se tornar catadoras, uma ocupação detentora de muitos preconceitos por parte da sociedade. Igualmente, permitiu-nos explicitar suas lutas, resistências e conquistas. Assim, a importância social deste estudo está ligada, sobretudo, ao fato de evidenciarmos essas pessoas, invisíveis socialmente, mas necessárias.

Além disso, ao pesquisar as relações entre trabalho e educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís foi motivo de muitas alegrias, na medida em que precisamos fazer algumas leituras de várias amostras sociais, neste campo do conhecimento.

Durante a realização da pesquisa, encontramos muitas dificuldades, desde a desconfiança de algumas catadoras para conceder entrevista às das secretarias responsáveis pela execução de projetos especiais para este segmento. Algumas catadoras foram resistentes em falar de si; já outras contribuíram com muito ânimo. Momentos de maiores dificuldades encontramos nas instituições. Muitas informações desconstruídas e ainda: os seus responsáveis passavam até duas semanas marcando e remarcando, até conseguirmos entrevistá-los.

Neste percurso, muitas histórias: uma mais desafiadora, outras encantadoras, ou histórias de resistências, também de dominação de presidentes de cooperativas sobre suas cooperadas. Houve uma catadora que não conseguimos entrevistar. Foram meses “seduzindo- a”, e, quando veio o seu sim, a presidente vetou. Supomos ter ficado com receio de ela relatar sua história com a prostituição, com as drogas, e sua luta para sobreviver com R\$150,00 mensais, provenientes de uma “divisão” dentro da cooperativa. Aliás, sobre isso, Carolina Maria de Jesus, em sua obra Quarto de Despejo (2007, p. 56), já refletia na década de 60 do século passado: “Antigamente o que oprimia o homem era a palavra calvário; hoje é salário”. Atitude que nos leva a pensar no seu olho brilhando e dizendo: “Tu quer mesmo saber da minha história?” Era como alguém que dizia também dizia: “Preciso externar”.

A prostituição feminina é algo recorrente entre as catadoras. Ninguém grita, mas está subtendido que na “história do trabalho feminino, temos que o reconhecer, foi sempre acompanhada, como uma sombra pela história da prostituição”. SULLEROT (1970, p. 32). “A prostituição foi o pretexto constante, o argumento sempre invocado, para não respeitar o trabalho feminino que, diziam, fatalmente conduzia para ela” (op. cit. p.33).

De todo modo, as memórias de nossas entrevistadas demonstram a importância da escola em suas vidas e suas contribuições para a construção de seus objetivos pessoais, bem como os seus entrelaços, até chegarem à condição de catadoras de materiais recicláveis. Ainda que pouco, o ambiente escolar ajudaram-nas a ter novos modos de ser, como afirmou Osai em dado momento de nossas conversas. Modos estes que foram sendo incorporados pela sua capacidade de redimensionamento de ações, que resultaram em bem estar, autoconfiança, autonomia, e ainda as ajudam a sonhar e a buscar melhorias para suas vidas.

As conversas igualmente revelaram a valorização dada pelas catadoras à escola que vivenciaram. Ou seja, a ideia de valorização da pessoa no processo de pensar e narrar sua trajetória, o que não ocorre de maneira descontextualizada da história de outros sujeitos, nem dos espaços e tempos nos quais estão inseridos, pois todos sofrem as influências de outros indivíduos, independentemente da época em que viveram. Percebemos também que todas as catadoras relacionam a ausência de estudos com sua condição de trabalho de hoje.

As condições precárias, quase sub-humanas, sem equipamentos de proteção, os conflitos nas associações e cooperativas, no que tange à gestão, são constantes observações. Algumas acusam-nos de ausência de transparência na divisão dos recursos, pondo em discussão a economia solidária, apesar de Durkheim (2010) afirmar que esta é baseada na solidariedade social, que se dá pela consciência coletiva. Chamada também por ele de solidariedade mecânica, responsável pela coesão entre as pessoas, que, nas sociedades mais simples, como as sociedades indígenas se dão pelo sentimento da pertença coletiva, segundo sua organização social, onde todos estão em harmonia.

Por outro lado, o poder público com suas fragilidades, na execução de políticas públicas, não apresenta dados precisos sobre o número de catadores no estado do Maranhão. A SETRES tem um diagnóstico que não é confiável, pois afirma serem 446, divergente do apresentado pelo IPEA, com 7.200 pessoas. Com

isso, catadoras e catadores continuam a ter seus direitos negados, o que vale ressaltar as ações isoladas, as quais não resolvem os problemas, em face de tantos entraves. Por exemplo, o Projeto Pró- Catador, em um contexto de 217 municípios, é uma ação para atender a demanda só de 40, o que pode ser considerada ínfima, considerando o quantitativo estimado.

As mulheres catadoras, embora não sejam reconhecidas pelo Estado, tampouco pela sociedade, como de fato merecem, reinventam a dignidade do trabalho na catação de materiais recicláveis. Elas buscam se educar e educar a sociedade para o valor da vida, do sujeito mulher, ao lado da luta pelo equilíbrio socioambiental do planeta.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR 10004**: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.
- ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. 2013. Disponível em: http://www.abrelpe.org.br/panorama_envio.cfm?ano=2013. Acesso em: 10 jul. 2015.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi . **Sejamos todos feministas**; Tradução Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho?** 3ª edição. São Paulo. Brasiliense,1988.
- ANDERSON, Perry. Passagens da antiguidade ao feudalismo. Afrontamento.Porto Alegre,1982.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6 ed. Campinas, SP: Cortez, 1995.
- AQUINO, I. F.; CASTILHO JR.; A. B.; PIRES, T. S. L. A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande. **Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor**. São Carlos: Gestão da Produção, v.16, n.1, p.15-24, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- ARRETCHE, Marta. Uma Contribuição para Fazermos Avaliações Menos Ingênuas.In:MOREIRA, Maria Cecília Roco;CARVALHO,Maria do Carmo Brant de.(Org.) Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais.IEE/PUCSP,São Paulo, 2001.
- ÁVILA, Maria Betânia. **Mulheres, Participação política e poder**. In: Gênero e Poder. Alagoas: Secretaria Especializada da Mulher, 2006.
- AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**.8ª ed. Rio de Janeiro.1988.
- BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. 20 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 176p.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. In: Obras escolhidas III. São Pulo: Ed. Brasiliense,1997.
- BLOCH, March. **Introdução à História**. Portugal: Publicações Europa- América, 1997.

BONETI, L. W. Políticas públicas por dentro. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 5.940 de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. IBGE. **Censo 2010: população por município**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____. **Anuário Estatístico do IBGE. 1893**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v1.pdf acessado em 04/03/2015.

_____. Lei n. 11.445, 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/lei12305.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; ROSEMBERG, Fulvia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BUENO, Francisco da S. Grande dicionário etimológico-prosódico da Língua Portuguesa. São Paulo, Ita, 1989.

CALDAS, Aulete. Novíssimo dicionário contemporâneo da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

CAMPOS, T. **Logística Reversa**: aplicação ao problema das embalagens da CEAGESP. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARMO, M. S. A Semântica negativa do lixo como fator positivo à sobrevivência da catação – Estudo de Caso sobre a Associação dos Recicladores do Rio de Janeiro. In: **ENANPAD**, 2005, Brasília, Anais, 2005.

CASTELL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. 611 p.

CEMPRE. **Política Nacional de Resíduos Sólidos Chegou a hora de assumir o importante papel na gestão do lixo Cooperativas de catadores a lei na prática**. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/>> Acesso em: 15 ago. 2015.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre as práticas e as representações. Lisboa: Difusão editorial, 1990.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CODO, W. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes. 1993.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Cândida. O campo da economia solidária no Maranhão. **Ciências Humanas em Revista**: UFMA, 2007.

CRIVELLARI, H. M. T. E KEMP, V. H. **Catadores na cena urbana**: construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA, A. **Lixo municipal**: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: IPT: CEMPRE, 2000.

DEBRET Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada; São Paulo: EDUSP, 1989.

DUARTE, Constância Lima. Para a história da educação feminina brasileira, século XIX. In: Com textos. CIED/UFOP: Mariana, v. 9. p.21-25, 1999.

DURKHEIM, Émile. O criador da sociologia da educação. 2010. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/criador-sociologia-educacao-423124.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2015. Educ. Soc. v. 31 n.112 Campinas July/Sept. 2010. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política.

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo/Rio de Janeiro. 1989.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **IV Plenária Nacional de ECONOMIA SOLIDÁRIA (Relatório Final)**, Brasília, DF, 2008.

GARCIA, R. F. **Cooperativas de trabalho**: fraude aos direitos dos trabalhadores. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 817, 28 set. 2005. Disponível em: <<http://jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7328>>. Acesso em: 04 set. 2015.

GONÇALVES, Pólita. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

GONÇALVES, Raquel de Sousa. Catadores de Materiais Recicláveis, trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, n. 82, julho de 2005.

GRIMBERG, Elisabeth. Centro de Documentação e Informação do Instituto Pólis. Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. **Experiência e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 148p.

HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009

HIRATA, Helena; LE DOARÉ, H. Os paradoxos da globalização. **Cadernos Sempreviva**, São Paulo, Sempreviva Organização Feminista, 1999.

INSTITUTO ETHOS. **Política Nacional de Resíduos Sólidos: desafios e oportunidades para as empresas**. São Paulo, agosto de 2012. Disponível em: www3.ethos.org.br/. Acesso em: 30 jul. 2015.

IPEA. **Relatório situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável: região nordeste**, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/130820_relatorio_situacaosocial_Nordeste.pdf. Acesso em: 06 mar. 2015.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, João; WALKER, Lucy; HARLEY, Karen. **Lixo extraordinário' perde o Oscar para Trabalho interno**. Disponível em: 1.globo.com/pop-arte/oscar/2011/noticia/2011/02lixo-estrordinario-perde-o-oscar-para-.html. Acesso em: 20 jul. 2015.

JESUS, Rosane Meire Vieira de. **Ilha das Flores: o documentarista em primeiro plano**. Disponível em: <http://www.oohodahistoria.ufba.br/artigos/ilha-das-flores-rosane-meira-vieira-de-jesus.pdf> > 2005. Acesso em: 15 jun. 2015.

JORNAL Correio da Semana. **Deficiente a limpeza pública da cidade: urubús devoram carniças nas praças e infestam o mercado público**. São Luís, 24 de agosto 1953.

JUNCA, Denise; GONÇALVES, Marilene Parente; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. **A mão que obra no lixo**. Niterói: EdUFF, 2000.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

KRAWULSKI, Edite. **A evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelo trabalhador de hoje**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

LEITE, P. R. **Logística Reversa: meio ambiente e competitividade**. Editora: Pearson Education do Brasil Ltda, 2009.

LOBO, Elizabeth Souza . **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.

LOBO, Souza Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Secretaria Municipal de Cultura/Brasiliense, 2011.

LOZANO, José Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa em história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos no mundo feminino. In: História da vida privada no Brasil 3. Coord. NOVAIS, Fernando A; organizador do volume SEVCENKO, Nicolau. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 374.

MARANHÃO. Código Sanitário de 1904. In: **Colleção das Leis do Estado do Maranhão**. São Luís: Typogravura Teixeira, 1904.

_____. **Edital à Câmara Municipal da Cidade de São Luís**. Código de Posturas, 1842.

_____. **Edital à Câmara Municipal da Cidade de São Luís**. Lei n. 289, 1850.

_____. Lei n. 10 de 5 de maio de 1835. In: **Colleção das Leis**. 2013.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; MARTINS, Roberto de A. Geração espontânea: dois pontos de vista. **Perspicillum 3** (1, 1989). Disponível em: <http://www.ifi.unicamp.br/~ghct/lil-r1.htm>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MARX, Karl. **O Capital - Crítica da Economia Política**. Volume I - O Processo de Produção do Capital. São Paulo, Nova Cultural, 1987.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia & Sociedade**; p. 62-71; mai./ago. 2006.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: entre a sobrevivência e a autonomia. **Revista Fragmentos de Cultura**. Goiânia: IFITEG, v.12, nº 6, nov./dez., 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. Boitempo: São Paulo, 2002.

MIZIARA, Rosana. **Por uma história do lixo**. Revista Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. 2008. Disponível em: <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/93/118>. Acesso em: 15 jan. 2015.

MIZIARA, Rozana. Por uma história do lixo. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.3, n.1, Artigo 6, jan./abril. 2008. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br. Acesso em: 15 ago. 2015.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Nossa história**. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_1/sua-historia. Acesso em: 20 mar. 2015.

MONTEIRO, J. H. P. et. al. **Manual de Gerenciamento In-tegrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001.

MOREIRA, Luiza de Marilac Miléo. **Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a economia solidária**. Dissertação de Mestrado- Universidade Federa do Amazonas. 2013.

MOTTA, Diomar das Graças. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio. **Educação & Linguagem**, ano 11, n. 18, p. 123-135, jul./dez. 2008.

_____.As mulheres professoras na política educacional no Maranhão. São Luís.Edufma.2003.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral**. (Org. e Trad. Fernando de Moraes Barros). São Paulo: Hedra, 2007.

NOBRE, Miriam. **Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista**. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs). A Produção do Viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF Cadernos Feministas, 2003.

OFFE, Clauss.Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: Offe, Clauss. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro "sociedade do trabalho"**. Rio de Janeiro,1989.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. A economia solidária no Ceará.In: TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **As malhas do Trabalho e da Economia Solidária no Brasil**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

OLIVEIRA, C. B. **A questão social da reciclagem: um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no rio grande do sul**.Porto Alegre, 2010.

OLIVEIRA, Carlos; R.de. Histórias do trabalho. São Paulo: Ática,1987.

ORGANIZAÇÕES DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Nascimento de uma boa idéia. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/SITE/ocb/index.asp>. Acesso em: 20 jul. 2015.

OXFORD. **Dicionário Oxford Escolar**: para estudantes brasileiros de inglês. 2009.

P. Sávtchenko. **O que é trabalho?** Progresso,1987.

PAIS. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. **Manual de capacitação da tecnologia social**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

PALHANO, Raimundo. **Coisa Pública**: serviços públicos e cidadania. São Luís: IPES, 1988.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005. PNAD. Pesquisa Nacional por amostra de domicílio, 2008. Disponível em: www.ibge.org.br. Acesso em: 20 jul. 2013.

PNDU. **Relatório de Desenvolvimento Humano: “sustentabilidade e equidade”**. 2011: um futuro melhor para todos. 2011. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>>. Acesso em: 14 set. 2014.

POCHMANN, Márcio. **O Trabalho em Fogo Cruzado**, São Paulo: Contexto, 1999.

PRÁ, Jussara Reis. A mulher e o acesso à educação a partir do século XVIII. Ciências & Letras. Nº 25/1999 – p.227-243.

PRADO, Marcos. **ESTAMIRA**. Direção: Marcos Prado. Rio de Janeiro: Riofime/Zazen, 2004.

PRADO, Marcos. **Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro: Argumento, 2004. 134p.

PRIORE, Mary Del (org). **Histórias das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, **PROFISSÕES REJEITADAS**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/18/empregos/2.html>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

RAZETO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ROCHA FILHO, J. B. **Transdisciplinaridade**: a natureza íntima da educação científica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

RODRIGUÉZ, César. A procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.329-364.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Darlan; FUX, Jacques. Estamira e Lixo Extraordinário: a arte na terra desolada. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 125-137, jul./dez. 2011.

SEBRAE. **7694 Políticas Públicas**: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral. Coordenação: Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.

SIES. **Sistema de Informação em Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/tabcgi.exe?ParticipantesnoEES.def>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

SILVA, R. B. O Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis: atores governação, regulação e questão emergentes no cenário brasileiro. In: **Revista internacional Interdisciplinar Interthesis**. v.3, n.2, jul/dez, 2006, p. 1- 40.

SILVAN, Denison. Protagonismo feminino no Amazonas. In: TORRES, Iraíldes Caldas; SANTOS, Fabiane Vicente dos. (Org.). **Intersecção de Gênero na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2011.

SINGER, Paul. **A força da Mulher na Economia Solidária**. Instituto Consulado da Mulher (ICM), 2009: Disponível em: <http://www.consuladodamulher.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3:entrevista-com-paul-singer-a-forca-da-mulher-na-economia-solidaria>. Acesso em: 25 ago. 2015.

SINGER, Paul. Economia solidária, um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança Pública e Gestão de Risco**. Texto/estudo, 2005.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias [online]. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2>. Acesso em: 04 mar. 2015.

SPECHT, Analine Almeida. Economia Feminista. **Cadernos Brasil**: desenvolvimento e economia solidária, Suplemento Julho, a. 2009, p. 04-12.

STRASSMANN, Diana. A Economia Feminista. In: FARIAS, Nalu; NOBRE, Mirian (Org.). **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As novas Amazôidas**. Manaus: Editora Edua, 2005.

VELLOSO, Marta Pimenta. Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. Ciênc. saúde coletiva, Dez 2005, vol.10, p.49-61. ISSN 1413-8123

VIEIRA FILHO, Domigos. **Breve história das ruas e praças de São Luís**. São Luís. S/editora. 1971.

WIEDEMANN. H. **O lixo na Alemanha Cirs, Rio de Janeiro: Viveiro de Castro;199.** Coordenador técnico: Zveibil. Manual de gerenciamento de gerenciamento integrado de Resíduos sólidos, [on-line]. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/publique/media/manualRS.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. **Educação ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade**: um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre, RS. 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

ANEXOS

ANEXO A
MULHERES FEMINISTAS AFRICANAS

A1 - OSAI OJIGBO – ADVOGADA E ATIVISTA

Osai Ojigbo é advogada de justiça de gênero e ativista dos direitos humanos. Ela é bacharel em Direito pela Universidade de Lagos, na Nigéria e Mestre em Direito pela Universidade de Wolverhampton, no Reino Unido. Trabalhou como Diretora Executiva Adjunto nas Alianças para África (AFA), onde coordenou a justiça de gênero na Iniciativa África. Osai projetou e implementou programas que visam à capacitação de mulheres líderes comunitárias, sobre questões relacionadas com os direitos humanos.

A2 - LEYMAH GBOWEE – ASSISTENTE SOCIAL E ADVOGADA

Leymah Gbowee é uma ativista pela paz na Libéria, assistente social e advogada de direitos das mulheres. É uma das vencedoras do Nobel da Paz de 2011, juntamente a presidente da Libéria naquela época, Ellen Johnson Sirleaf, e a jornalista e ativista iemenita Tawakkul Karman. Fundadora e presidente da Gbowee Peace Foundation África, com sede em Monróvia, capital da Libéria. Leymah é mais conhecida por liderar um movimento não violento, que reuniu mulheres cristãs e muçulmanas para desempenhar um papel central na luta para pôr fim à devastadora guerra civil de 14 anos da Libéria, em 2003.

A3 - AISHA IBRAHIM FOFANA – PROFESSORA E ATIVISTA

Aisha Ibrahim Fofana é diretora do Centro de Pesquisa de Gênero e Documentação da Universidade de Fourah Bay College em Serra Leoa. Em 2009-2010, foi pesquisadora visitante no Instituto Norte-Sul, com uma bolsa de estudo financiada pelo IDRC. Seu trabalho nesse Instituto focou ações afirmativas como forma de superar as barreiras que limitam a entrada das mulheres na política. Aisha atua também como Presidente do “50/50 Grupo de Serra Leoa”, que incide sobre a defesa, a política e a capacitação para a liderança das mulheres.

A4 - HILDA TWONGYEIRWE – ESCRITORA E EDITORA

Hilda Twongyeirwe é escritora e editora em Uganda. Publicou o livro infantil, “Fina, a dançarina”, em 2007. Também escreveu uma série de contos, e sua poesia está presente em vários jornais, revistas e antologias locais. Atualmente é coordenadora do FEMRITE, uma organização para o desenvolvimento e publicação de mulheres escritoras em Uganda e na região do Leste Africano. Por meio do FEMRITE, ela editou várias produções, incluindo “I Dare to Say: African Women Share Their Stories of Hope and Survival” (Me atrevo a dizer: Mulheres africanas compartilham suas histórias de esperança e sobrevivência) em 2012.

ANEXO B- LEI Nº 12.305 ,DE 2 DE AGOSTO DE 2010

São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de acordo com o Art. 7º:

- I - Proteger a saúde pública e da qualidade ambiental;
- II - Reciclar e tratar, os resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, viabilizando a não geração, redução, reutilização;
- III - Estimular à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- IV – Adotar, o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- V - Reduzir o volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
- VI - Incentivar à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- VII – Fomentar a gestão integrada de resíduos sólidos;
- VIII - Articular entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;
- IX – Capacitar tecnicamente e de maneira continuada na área de resíduos sólidos;
- X – Regularizar, a continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;
- XI – Priorizar, as aquisições e contratações governamentais, para:
 - a) produtos reciclados e recicláveis;
 - b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- XII - Integrar dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- XIII - Estimular à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - Incentivar o desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV – Estimular a rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 FUNDAÇÃO instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO



Mestranda: Maria do Carmo Alves da Cruz

Título da pesquisa: **AS INVISÍVEIS NECESSÁRIAS:** trabalho e educação das
 mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís- MA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A aluna Mestranda Maria do Carmo Alves da Cruz, do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, está desenvolvendo um estudo sobre o trabalho e a educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís – Maranhão.

Os dados coletados serão sobre a educação e o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís; assim, será realizada uma entrevista semiestruturada, dados estes que serão utilizados para compor o resultado deste trabalho. Desta forma, a pesquisa não oferece riscos à saúde nem desconforto às agentes envolvidas.

As agentes envolvidas têm toda a liberdade de se retirar da pesquisa em qualquer momento, sem nenhum prejuízo à continuidade da assistência. Fica também garantida a confidencialidade, sigilo e privacidade das informações coletadas.

Assinatura da pesquisadora responsável

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecida sobre o conteúdo da mesma, assim como não terá riscos nem benefícios. Participo por minha livre vontade da pesquisa, cooperando com a coleta de dados para o estudo.

São Luís - MA, _____/_____/_____

Assinatura da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
FUNDAÇÃO instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual seu nome e idade?
2. Em qual município você nasceu?
3. Você estudou até qual série?
4. Em caso de evasão escolar, perguntar: Por que você deixou de frequentar a escola?
5. Quais suas lembranças da escola?
6. Para você, o que significa educação?
7. Você tem filhos? Quantos? Frequentam a escola?
8. Como e por que você iniciou sua lida com o lixo (resíduos sólidos)?
9. Há quanto tempo você trabalha com materiais recicláveis?
10. Você exerceu outra atividade antes de trabalhar com os materiais recicláveis?
11. Em caso afirmativo, o quê?
12. Onde? E quando?
13. Você acredita que seu trabalho contribui de alguma forma para o meio ambiente em São Luís e no mundo? Por quê?
14. O trabalho com a coleta e seleção de material descartado pela sociedade, considerado por muitos como 'lixo', lhe traz alguma satisfação pessoal? Por quê?
15. Sua relação com outros colegas de trabalho, inclusive com os homens, é tranquila? Você se sente respeitada e valorizada no que faz?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
FUNDAÇÃO instituída nos termos da Lei nº 5.152 de 21/10/1966
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



16. E na sua família, como você concilia os papéis de mãe, esposa (se for casada ou tiver companheiro) e trabalhadora?
17. Você já se sentiu discriminada por ser mulher ou por trabalhar com 'lixo'?
Caso afirmativo como e quando isso ocorreu?
18. Se você pudesse mudar algo no seu trabalho, o que mudaria?
19. Depois da Lei dos resíduos "lixo" houve mudanças no seu trabalho?
20. Você recebe algum benefício do governo?
21. Qual sua renda mensal, em média?
22. Quais seus sonhos de vida profissional?

OBRIGADA POR SUA ATENÇÃO E COLABORAÇÃO!